

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	11
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	12
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	18
Demonstração do Resultado	20
Demonstração do Resultado Abrangente	22
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	23

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	26
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	27
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	28
Demonstração de Valor Adicionado	29

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	31
Notas Explicativas	46

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	113
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	116
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	117

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente
--

118

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	731.481.274
Preferenciais	0
Total	731.481.274
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	27/04/2018	Dividendo	27/04/2018	Ordinária		11,13000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	9.259.959	9.461.063	6.392.392
1.01	Ativo Circulante	1.809.605	605.717	990.263
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	245.227	468.880	151.383
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	0	1
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	0	1
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	0	0	1
1.01.03	Contas a Receber	1.518.680	105.372	789.347
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.518.680	105.372	789.347
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Partes Relacionadas	1.518.680	103.510	789.347
1.01.03.02.02	Contas a Receber com Operações de Derivativos	0	1.862	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	40.305	26.931	48.785
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	40.305	26.931	48.785
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.899	4.057	333
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	494	477	414
1.01.08.03	Outros	494	477	414
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedor	215	196	229
1.01.08.03.02	Outros Créditos	279	281	185
1.02	Ativo Não Circulante	7.450.354	8.855.346	5.402.129
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	298.958	1.593.689	1.525.695
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	17	0	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	250.388	1.555.115	1.519.429
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	250.388	1.555.115	1.519.429
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	48.553	38.574	6.266
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	6.290	6.279	6.266
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	30.453	32.295	0
1.02.01.10.05	Instrumento Financeiro Derivativo	11.810	0	0
1.02.02	Investimentos	7.105.352	7.207.295	3.836.275
1.02.02.01	Participações Societárias	7.105.352	7.207.295	3.836.275

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1.02.03	Imobilizado	5.959	7.039	8.604
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.959	7.039	8.604
1.02.04	Intangível	40.085	47.323	31.555
1.02.04.01	Intangíveis	40.085	47.323	31.555

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	9.259.959	9.461.063	6.392.392
2.01	Passivo Circulante	745.715	667.956	985.217
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.742	24.142	15.228
2.01.01.01	Obrigações Sociais	19.742	24.142	15.228
2.01.02	Fornecedores	4.673	3.202	4.285
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.673	3.202	4.285
2.01.03	Obrigações Fiscais	21.460	2.960	15.572
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	25.407	266.693	370.192
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.913	246.708	163.809
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	79.709	0
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.913	166.999	163.809
2.01.04.02	Debêntures	23.494	19.985	206.383
2.01.05	Outras Obrigações	674.433	370.959	579.940
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	664.886	309.426	507.699
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	664.886	309.032	505.714
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	394	1.985
2.01.05.02	Outros	9.547	61.533	72.241
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	56.379	59.652
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	0	88	0
2.01.05.02.05	Outros	4.199	5.066	7.497
2.01.05.02.06	Contas a pagar com operações de derivativos	5.348	0	5.092
2.02	Passivo Não Circulante	2.054.733	2.191.504	858.231
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.807.914	1.606.903	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	193.740	0	0
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	193.740	0	0
2.02.01.02	Debêntures	1.614.174	1.606.903	0
2.02.02	Outras Obrigações	246.597	584.419	857.823
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	243.112	569.649	857.823

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	243.112	569.649	857.823
2.02.02.02	Outros	3.485	14.770	0
2.02.02.02.03	Fornecedores	47	0	0
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	549	14.770	0
2.02.02.02.05	Instrumento financeiro derivativo	2.889	0	0
2.02.04	Provisões	222	182	408
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	222	182	408
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	0	1	231
2.02.04.01.05	Provisões Tributárias	222	181	177
2.03	Patrimônio Líquido	6.459.511	6.601.603	4.548.944
2.03.01	Capital Social Realizado	5.103.848	5.047.469	3.175.816
2.03.04	Reservas de Lucros	1.377.934	1.576.405	1.395.399
2.03.04.01	Reserva Legal	155.225	155.225	143.356
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.222.709	1.421.180	1.252.043
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.271	-22.271	-22.271

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-112.184	262.376	381.847
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.807	-26.277	-16.609
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-16.264	-14.287	-11.728
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-7.096	-11.661	-4.615
3.04.02.03	Tributárias	-447	-329	-266
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.566	2.894	194.030
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-92.943	285.759	204.426
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-112.184	262.376	381.847
3.06	Resultado Financeiro	-86.287	-17.361	-101.867
3.06.01	Receitas Financeiras	156.202	238.999	353.298
3.06.01.01	Receitas Financeiras	156.202	238.999	353.298
3.06.02	Despesas Financeiras	-242.489	-256.360	-455.165
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-214.013	-253.834	-518.311
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	-28.476	-2.526	63.146
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-198.471	245.015	279.980
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-7.630	-28.813
3.08.01	Corrente	0	-7.630	-28.813
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-198.471	237.385	251.167
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-198.471	237.385	251.167
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,2719	0,3783	0,6499

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-198.471	237.385	251.167
4.03	Resultado Abrangente do Período	-198.471	237.385	251.167

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	211.723	-52.163	209.513
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-11.716	-25.738	213.818
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-198.471	237.385	251.167
6.01.01.02	Baixa de ativo permanente	262	1.022	2.614
6.01.01.03	Juros e variações monetárias de empréstimos	34.074	30.487	7.072
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	92.943	-285.759	-204.426
6.01.01.05	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	109	6	186
6.01.01.06	Depreciações e amortizações	9.754	7.130	6.324
6.01.01.07	Juros e variações monetárias de debêntures	130.328	35.992	157.183
6.01.01.08	Instrumentos financeiros derivativos	-22.494	11.346	98.785
6.01.01.09	Juros e variações monetárias sobre mútuos	-58.224	-63.347	-105.087
6.01.01.10	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	3	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	223.439	-26.425	-4.305
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	227.930	-23.602	-7.583
6.01.02.03	Despesas Antecipadas	-859	-3.724	-31
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-6.790	-3.390	-14.817
6.01.02.05	Outros Créditos	2	133	1.132
6.01.02.06	Fornecedores	1.499	-196	-1.308
6.01.02.07	Obrigações Sociais	-4.400	8.914	452
6.01.02.08	Obrigações Fiscais	6.654	-8.908	16.740
6.01.02.09	Contas a Pagar - Sociedades Ligadas	-394	-1.591	1.885
6.01.02.10	Outras Contas a Pagar	255	12.339	779
6.01.02.11	Cauções Contratuais	-88	88	0
6.01.02.12	Depósitos Judiciais	-11	-13	0
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social pagos	-287	-754	-7.143
6.01.02.14	Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	-72	-232	0
6.01.02.15	Despesas Antecipadas s/ Empréstimos	0	-5.489	5.589
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	18.778	-2.256.807	-1.052.031

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-803	-227	-839
6.02.02	Adições ao Intangível	-1.534	-23.800	-18.763
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	0	1	-1
6.02.04	Adições aos Investimentos	-426.100	-2.561.387	-1.435.982
6.02.07	Recebimento de Juros sobre Capital Próprio	45.232	41.772	35.204
6.02.08	Recebimento de Dividendos	401.983	286.834	368.350
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-454.154	2.626.467	866.539
6.03.01	Pagamento de Dividendos	0	0	-33.270
6.03.02	Pagamentos	-259.855	-860.530	-323.611
6.03.03	Pagamentos partes relacionadas	-269.915	-609.648	-231.960
6.03.04	Pagamentos de juros	-12.181	-19.736	-2.095
6.03.05	Emissão de debêntures	0	1.610.470	0
6.03.06	Cancelamento de ações	0	0	-10.015
6.03.07	Pagamentos de debêntures - principal	0	-200.000	-850.000
6.03.08	Pagamentos de debêntures - juros	-120.486	-20.720	-163.973
6.03.09	Captações	187.500	932.930	388.750
6.03.10	Aumento de capital	0	1.812.001	2.092.713
6.03.11	Pagamento - Instrumento Financeiro derivativo	20.783	-18.300	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-223.653	317.497	24.021
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	468.880	151.383	127.362
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	245.227	468.880	151.383

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.047.469	0	1.576.405	0	-22.271	6.601.603
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.047.469	0	1.576.405	0	-22.271	6.601.603
5.04	Transações de Capital com os Sócios	56.379	0	0	0	0	56.379
5.04.01	Aumentos de Capital	56.379	0	0	0	0	56.379
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-198.471	0	0	-198.471
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-198.471	0	0
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-198.471	198.471	0	-198.471
5.05.02.06	Constituição de reserva de retenção de lucros	0	0	-198.471	198.471	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.103.848	0	1.377.934	0	-22.271	6.459.511

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	3.175.816	0	1.395.399	0	-22.271	4.548.944
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	3.175.816	0	1.395.399	0	-22.271	4.548.944
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.871.653	0	0	0	0	1.871.653
5.04.01	Aumentos de Capital	1.871.653	0	0	0	0	1.871.653
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	181.006	0	0	181.006
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	237.385	0	237.385
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	181.006	-237.385	0	-56.379
5.05.02.06	Reserva Legal	0	0	11.869	-11.869	0	0
5.05.02.07	Dividendos propostos	0	0	0	-56.379	0	-56.379
5.05.02.08	Constituição de reserva de retenção de lucros	0	0	169.137	-169.137	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	5.047.469	0	1.576.405	0	-22.271	6.601.603

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.033.198	0	1.263.804	0	-22.271	2.274.731
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.033.198	0	1.263.804	0	-22.271	2.274.731
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.142.618	0	-59.920	0	0	2.082.698
5.04.01	Aumentos de Capital	2.142.618	0	-49.905	0	0	2.092.713
5.04.08	Cancelamento de ações	0	0	-10.015	0	0	-10.015
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	191.515	0	0	191.515
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	251.167	0	251.167
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	191.515	-251.167	0	-59.652
5.05.02.06	Reserva Legal	0	0	12.558	-12.558	0	0
5.05.02.07	Reserva de Lucros	0	0	178.957	-178.957	0	0
5.05.02.08	Dividendos propostos	0	0	0	-59.652	0	-59.652
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.175.816	0	1.395.399	0	-22.271	4.548.944

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	4.566	2.894	194.030
7.01.02	Outras Receitas	4.566	2.894	194.030
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.260	-5.984	-5.397
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.827	-4.278	-2.586
7.02.04	Outros	-1.433	-1.706	-2.811
7.03	Valor Adicionado Bruto	-3.694	-3.090	188.633
7.04	Retenções	-9.754	-7.130	-6.324
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.754	-7.130	-6.324
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-13.448	-10.220	182.309
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	34.783	522.232	624.562
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-92.943	285.759	204.426
7.06.02	Receitas Financeiras	156.202	238.999	353.298
7.06.03	Outros	-28.476	-2.526	66.838
7.06.03.03	Outros	-28.476	-2.526	66.838
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	21.335	512.012	806.871
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	21.335	512.012	806.871
7.08.01	Pessoal	5.267	12.757	4.573
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.585	12.493	4.327
7.08.01.02	Benefícios	67	55	68
7.08.01.03	F.G.T.S.	615	209	178
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.542	31.528	57.435
7.08.02.01	Federais	10.540	31.520	57.432
7.08.02.02	Estaduais	2	8	3
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	139.473	77.489	273.063
7.08.03.01	Juros	136.022	63.954	189.547
7.08.03.02	Aluguéis	79	69	48
7.08.03.03	Outras	3.372	13.466	83.468
7.08.03.03.01	Outras	3.372	1.965	-10.578

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.08.03.03.02	Perdas em Operações de SWAP	0	11.501	94.046
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-198.471	237.385	251.167
7.08.04.02	Dividendos	0	56.379	59.652
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-198.471	181.006	191.515
7.08.05	Outros	64.524	152.853	220.633
7.08.05.01	Juros com Partes Relacionadas	64.524	152.853	220.633

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	15.169.456	14.312.293	11.387.053
1.01	Ativo Circulante	1.331.976	974.834	844.415
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.038.259	698.941	384.111
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	0	161.014
1.01.03	Contas a Receber	141.640	158.150	151.149
1.01.03.01	Clientes	140.822	156.073	150.926
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	818	2.077	223
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Partes Relacionadas	818	215	223
1.01.03.02.02	Contas a Receber com operações de Derivativos	0	1.862	0
1.01.04	Estoques	18.755	15.564	15.881
1.01.06	Tributos a Recuperar	97.305	70.706	102.952
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	97.305	70.706	102.952
1.01.07	Despesas Antecipadas	17.112	18.348	22.746
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	18.905	13.125	6.562
1.01.08.03	Outros	18.905	13.125	6.562
1.01.08.03.01	Outroa Créditos	18.905	13.125	6.562
1.02	Ativo Não Circulante	13.837.480	13.337.459	10.542.638
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	781.157	647.134	607.914
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	118.296	103.424	98.239
1.02.01.04	Contas a Receber	241	236	2.650
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	241	236	2.650
1.02.01.07	Tributos Diferidos	514.074	382.689	358.579
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	514.074	382.689	358.579
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	18.090	19.940	18.971
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	130.456	140.845	129.475
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	88.193	93.779	129.475
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	30.453	47.066	0
1.02.01.10.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	11.810	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1.02.02	Investimentos	19	19	19
1.02.02.01	Participações Societárias	19	19	19
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	19	19	19
1.02.03	Imobilizado	54.774	60.000	63.598
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	54.774	60.000	63.598
1.02.04	Intangível	13.001.530	12.630.306	9.871.107
1.02.04.01	Intangíveis	13.001.530	12.630.306	9.871.107

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	15.169.456	14.312.293	11.387.053
2.01	Passivo Circulante	2.165.113	2.050.785	2.678.455
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	72.956	91.607	79.507
2.01.01.01	Obrigações Sociais	72.956	91.607	79.507
2.01.02	Fornecedores	179.253	169.095	224.454
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	179.253	169.095	224.454
2.01.03	Obrigações Fiscais	123.737	78.745	108.459
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.087.096	1.067.373	1.382.284
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	359.878	573.797	459.062
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	357.965	406.798	295.253
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.913	166.999	163.809
2.01.04.02	Debêntures	727.218	493.576	923.222
2.01.05	Outras Obrigações	411.462	438.784	487.099
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	215.099
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	0	0	213.126
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	0	1.973
2.01.05.02	Outros	411.462	438.784	272.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	56.379	59.652
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	94.694	93.233	82.368
2.01.05.02.05	Outros	47.585	27.452	33.243
2.01.05.02.06	Credores pela Concessão	259.631	257.637	86.961
2.01.05.02.07	Taxa de fiscalização	4.204	4.083	3.868
2.01.05.02.08	Sinistros	0	0	816
2.01.05.02.09	Contas a pagar com operações de derivativos	5.348	0	5.092
2.01.06	Provisões	290.609	205.181	396.652
2.01.06.02	Outras Provisões	290.609	205.181	396.652
2.01.06.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	280.305	178.542	332.903
2.01.06.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	10.304	26.639	63.749

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.02	Passivo Não Circulante	6.546.262	5.670.665	4.179.975
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.101.068	5.023.501	3.661.353
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.456.444	2.625.322	2.831.769
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.262.704	2.625.322	2.831.769
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	193.740	0	0
2.02.01.02	Debêntures	2.644.624	2.398.179	829.584
2.02.02	Outras Obrigações	6.378	58.615	40.858
2.02.02.02	Outros	6.378	58.615	40.858
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	732	8.645	36.487
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	1.173	2.726	4.371
2.02.02.02.06	Obrigações Fiscais	1.359	47.066	0
2.02.02.02.07	Fornecedores	225	178	0
2.02.02.02.08	Instrumento financeiro derivativo	2.889	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	15.221	49.764	52.224
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.221	49.764	52.224
2.02.04	Provisões	423.595	538.785	425.540
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	105.028	101.000	73.073
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	222	180	177
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	21.175	15.574	12.018
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	35.741	38.651	22.647
2.02.04.01.05	Outras Contingências	47.890	46.595	38.231
2.02.04.02	Outras Provisões	318.567	437.785	352.467
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	134.900	283.501	350.453
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	183.667	154.284	2.014
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	6.458.081	6.590.843	4.528.623
2.03.01	Capital Social Realizado	5.103.848	5.047.469	3.175.816
2.03.04	Reservas de Lucros	1.376.504	1.565.645	1.375.078
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.271	-22.271	-22.271

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.855.913	4.406.011	4.052.399
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.330.660	-3.358.667	-3.040.377
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-2.086.504	-1.654.916	-1.395.199
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-1.244.156	-1.703.751	-1.645.178
3.03	Resultado Bruto	525.253	1.047.344	1.012.022
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-257.706	-275.249	-75.875
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-266.256	-278.438	-270.087
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-240.185	-251.278	-249.819
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-26.071	-27.160	-20.268
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	9.062	3.695	194.787
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-512	-506	-575
3.04.05.01	Tributárias	-512	-506	-575
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	267.547	772.095	936.147
3.06	Resultado Financeiro	-514.453	-385.294	-557.390
3.06.01	Receitas Financeiras	82.765	66.062	101.757
3.06.01.01	Receitas Financeiras	82.765	66.062	101.757
3.06.02	Despesas Financeiras	-597.218	-451.356	-659.147
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-568.751	-448.829	-722.286
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	-28.467	-2.527	63.139
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-246.906	386.801	378.757
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	57.765	-139.855	-119.187
3.08.01	Corrente	-108.164	-166.425	-231.780
3.08.02	Diferido	165.929	26.570	112.593
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-189.141	246.946	259.570
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-189.141	246.946	259.570
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-189.141	246.946	259.570
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.99.01.01	ON	-0,2591	0,3935	0,6717

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-189.141	246.946	259.570
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-189.141	246.946	259.570
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-189.141	246.946	259.570

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.007.759	1.100.115	868.991
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.649.606	1.673.282	1.663.726
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	-189.141	246.946	259.570
6.01.01.03	Baixa de Ativo Permanente	21.602	16.337	9.164
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-165.929	-26.570	-112.593
6.01.01.05	Variação Monetária e Juros s/ Credores da Concessão	24.485	4.979	16.241
6.01.01.06	Receita com Aplicações Financeiras Vinculadas	-6.219	-13.946	-24.795
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias de Empréstimos	292.418	238.238	207.997
6.01.01.08	Juros e Variações Monetárias de Debêntures	245.948	170.708	398.544
6.01.01.09	Despesa Financeira (valor presente)	31.881	29.943	35.464
6.01.01.10	Constituição (reversão) de Provisão Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	36.090	48.420	65.554
6.01.01.11	Constituição (reversão) de Provisão para manutenção	432.660	224.654	203.961
6.01.01.12	Depreciações e Amortizações	987.033	779.441	608.561
6.01.01.13	Juros e variações monetárias de mútuos	-38.728	-57.214	-102.727
6.01.01.14	Instrumentos financeiros derivativos	-22.494	11.346	98.785
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-641.847	-573.167	-795.893
6.01.02.01	Contas a Receber	15.336	-4.805	3.488
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-603	8	-223
6.01.02.03	Estoques	-3.191	317	-7.015
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	3.086	3.429	-22.945
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-5.436	-5.039	-2.613
6.01.02.06	Pagamento de juros	-495.385	-528.733	-723.750
6.01.02.07	Outros Créditos	-7.485	1.025	3.929
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	-104.022	-137.585	-154.433
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	29	26.077	-3.846
6.01.02.10	Outras Contas a Receber	-5	0	0
6.01.02.11	Fornecedores	-54.245	-51.728	-19.546
6.01.02.12	Fornecedor - partes relacionadas	-6.672	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01.02.13	Cauções Contratuais	-12.721	2.671	-13.441
6.01.02.14	Obrigações Sociais	-18.651	12.100	1.020
6.01.02.15	Obrigações Fiscais	75.186	141.683	143.388
6.01.02.17	Outras Contas a Pagar	0	-12.164	13.073
6.01.02.18	Credores pela Concessão	-455	70	123
6.01.02.19	Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	-32.062	-20.493	-9.998
6.01.02.20	Outros Passivos	5.449	0	-3.104
6.01.03	Outros	0	0	1.158
6.01.03.01	Incorporação	0	0	1.158
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.678.785	-3.338.754	-1.712.697
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-14.724	-14.594	-15.453
6.02.02	Adições ao Intangível	-1.651.497	-3.484.743	-1.704.628
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-25.421	-60.515	-217.028
6.02.04	Valor Resgatado das Aplicações Vinculadas	12.857	221.098	217.155
6.02.05	Adições ao investimentos	0	0	1.034
6.02.06	Recebimento de dividendos	0	0	6.223
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.010.344	2.553.469	739.288
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos (captações, pagamento principal)	576.342	-146.923	14.365
6.03.02	Debêntures (captação, pagamento principal)	438.725	1.196.899	-1.466.574
6.03.03	Pagamento de Credores pela Concessão	-29.949	-86.561	-81.607
6.03.04	Pagamento de Dividendos	0	0	-33.270
6.03.05	Empréstimos empresariais ligadas(captação, pagamento principal)	0	-210.000	210.000
6.03.06	Aumento de capital	0	1.812.001	2.092.713
6.03.07	Cancelamento de ações	0	0	-10.015
6.03.08	Risco sacado	4.443	6.353	13.676
6.03.09	Pagamento - Instrumento financeiro derivativo	20.783	-18.300	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	339.318	314.830	-104.418
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	698.941	384.111	488.529

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.038.259	698.941	384.111

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.047.469	0	1.565.645	0	-22.271	6.590.843	0	6.590.843
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.047.469	0	1.565.645	0	-22.271	6.590.843	0	6.590.843
5.04	Transações de Capital com os Sócios	56.379	0	0	0	0	56.379	0	56.379
5.04.01	Aumentos de Capital	56.379	0	0	0	0	56.379	0	56.379
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-189.141	0	-189.141	0	-189.141
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-189.141	0	-189.141	0	-189.141
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.103.848	0	1.565.645	-189.141	-22.271	6.458.081	0	6.458.081

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.175.816	0	1.375.078	0	-22.271	4.528.623	0	4.528.623
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.175.816	0	1.375.078	0	-22.271	4.528.623	0	4.528.623
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.871.653	0	0	-56.379	0	1.815.274	0	1.815.274
5.04.01	Aumentos de Capital	1.871.653	0	0	0	0	1.871.653	0	1.871.653
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-56.379	0	-56.379	0	-56.379
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	246.946	0	0	246.946	0	246.946
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	246.946	0	246.946	0	246.946
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	246.946	-246.946	0	0	0	0
5.05.02.06	Dividendos propostos	0	0	56.379	-56.379	0	0	0	0
5.05.02.07	Reserva Legal	0	0	11.869	-11.869	0	0	0	0
5.05.02.08	Reserva de Lucros	0	0	178.698	-178.698	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.047.469	0	1.622.024	-56.379	-22.271	6.590.843	0	6.590.843

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.033.198	0	1.233.922	0	-22.271	2.244.849	0	2.244.849
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.033.198	0	1.233.922	0	-22.271	2.244.849	0	2.244.849
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.142.618	0	-59.920	0	0	2.082.698	0	2.082.698
5.04.01	Aumentos de Capital	2.142.618	0	-49.905	0	0	2.092.713	0	2.092.713
5.04.08	Cancelamento de ações	0	0	-10.015	0	0	-10.015	0	-10.015
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	201.076	0	0	201.076	0	201.076
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	259.570	0	259.570	0	259.570
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	201.076	-259.570	0	-58.494	0	-58.494
5.05.02.06	Dividendos propostos	0	0	0	-59.652	0	-59.652	0	-59.652
5.05.02.07	Incorporação	0	0	1.158	0	0	1.158	0	1.158
5.05.02.08	Reserva Legal	0	0	12.558	-12.558	0	0	0	0
5.05.02.09	Reserva de Lucros	0	0	187.360	-187.360	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.175.816	0	1.375.078	0	-22.271	4.528.623	0	4.528.623

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	4.117.020	4.670.540	4.482.330
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.823.750	2.922.045	2.602.647
7.01.02	Outras Receitas	1.293.270	1.748.495	1.879.683
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	1.244.156	1.703.751	1.645.178
7.01.02.02	Outras	49.114	44.744	234.505
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.316.716	-2.561.309	-2.440.884
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-321.694	-317.705	-286.707
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-142.000	-136.504	-131.339
7.02.04	Outros	-1.853.022	-2.107.100	-2.022.838
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-1.244.156	-1.703.751	-1.645.178
7.02.04.02	Custo da Concessão	-103.881	-104.102	-99.003
7.02.04.03	Outros	-72.325	-74.593	-74.696
7.02.04.04	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-432.660	-224.654	-203.961
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.800.304	2.109.231	2.041.446
7.04	Retenções	-987.033	-779.441	-608.561
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-987.033	-779.441	-608.561
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	813.271	1.329.790	1.432.885
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	141.747	237.247	391.010
7.06.02	Receitas Financeiras	82.765	66.062	101.757
7.06.03	Outros	58.982	171.185	289.253
7.06.03.01	Dividendos Recebidos	0	0	3.692
7.06.03.03	Outros	-28.467	-2.527	63.139
7.06.03.04	Juros capitalizados	87.449	173.712	222.422
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	955.018	1.567.037	1.823.895
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	955.018	1.567.037	1.823.895
7.08.01	Pessoal	283.039	284.484	260.270
7.08.01.01	Remuneração Direta	218.281	221.996	201.799
7.08.01.02	Benefícios	47.580	46.258	44.441

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.08.01.03	F.G.T.S.	17.178	16.230	14.030
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	212.765	431.537	388.767
7.08.02.01	Federais	69.691	283.532	256.980
7.08.02.02	Estaduais	60	43	28
7.08.02.03	Municipais	143.014	147.962	131.759
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	648.355	574.573	1.018.015
7.08.03.01	Juros	509.988	406.170	630.940
7.08.03.02	Aluguéis	13.689	17.315	15.763
7.08.03.03	Outras	124.678	151.088	371.312
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	48.721	87.001	222.422
7.08.03.03.02	Outras	75.957	52.586	54.844
7.08.03.03.03	Perdas em operações Swap	0	11.501	94.046
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-189.141	246.946	259.570
7.08.04.02	Dividendos	0	56.379	59.652
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-189.141	190.567	199.918
7.08.05	Outros	0	29.497	-102.727
7.08.05.01	Juros com partes relacionadas	0	29.497	-102.727

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Arteris S.A. (“Arteris” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Destaques

- Início da Cobrança de Pedágio em 3 praças da ViaPaulista
- Assinatura do contrato de financiamento da ViaPaulista junto ao BNDES no valor de R\$ 3,65 bilhões
- Conclusão do plano de investimentos inicial da ViaPaulista
- Emissão de Notas Promissória na Autopista Régis Bittencourt no valor de R\$ 600 milhões
- Emissão de Debêntures na Intervias no valor de R\$ 800 milhões

Perfil

A Arteris desempenha importante papel no setor de infraestrutura rodoviária brasileira, sendo responsável por investimentos direcionados à melhoria, ampliação, conservação e operação de rodovias, no âmbito dos programas de concessão do Governo do Estado de São Paulo e do Governo Federal.

A Companhia por meio de suas concessionárias opera e administra cerca de 3,4 mil quilômetros de estradas, que interligam o principal polo econômico do País – situado entre os estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina – caracterizado por sua elevada densidade demográfica.

Ao todo são nove concessionárias, sendo quatro no Estado de São Paulo e cinco no âmbito federal, todas empresas de capital aberto (exceção à ViaPaulista S.A.), e controladas 100% pela Arteris – Autovias S.A. (Autovias), Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (Centrovias), Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (Intervias), ViaPaulista S.A. (ViaPaulista), Autopista Fernão Dias S.A. (Fernão Dias), Autopista Fluminense S.A. (Fluminense), Autopista Litoral Sul S.A. (Litoral Sul), Autopista Planalto Sul S.A. (Planalto Sul) e Autopista Régis Bittencourt S.A. (Régis Bittencourt).

A Companhia detém ainda o controle da empresa Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (Latina Manutenção), sociedade criada com fim de fiscalização, gerenciamento de obras, sinalização e manutenção de rodovias.

Eventos Relevantes

ViaPaulista - Início da cobrança de pedágio na concessionária

Conforme previsto no Contrato de Concessão, após a conclusão das obras previstas no plano de investimento inicial, a ARTESP autorizou em 25 de janeiro de 2019 o início da cobrança de pedágio em 3 praças da concessionária ViaPaulista conforme descritas abaixo:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Praça de Pedágio
SP 255 - Boa Esperança do Sul (KM 117+220)
SP 255 - Jau (KM 165+600)
SP 255 - Cel. Macedo (KM 331+500)

ViaPaulista - Assinatura Contrato Financiamento de Longo Prazo junto ao BNDES:

Em 13 de dezembro 2018, a ViaPaulista S.A. firmou com o BNDES um contrato de financiamento contemplando 100% dos itens financiáveis do projeto. O volume total do financiamento é de R\$ 3,65 bilhões e possui um prazo final de 27 anos. A taxa de juros acordada para esse financiamento é de IPCA + 6,42% a.a.

Vianorte – Transferência do trecho sob concessão:

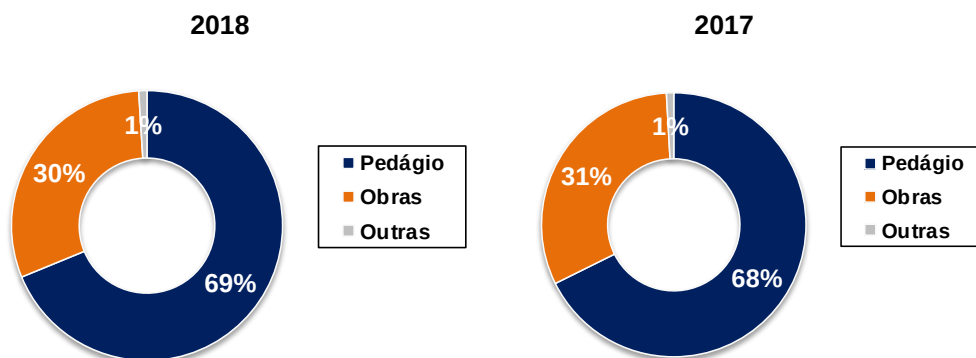
Em 17 de maio de 2018, a Vianorte realizou a transferência do sistema remanescente para o vencedor do processo de licitação. Durante o processo de transição instalado pela ARTESP, a Companhia colaborou de forma ampla e abrangente com a nova administradora do trecho, assegurando assim a passagem das responsabilidades de forma ordenada e segura, garantindo a perfeita manutenção das operações para os usuários.

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Bruta de Serviços

No exercício social de 2018, a Arteris registrou receita bruta de R\$ 4,1 bilhões, uma redução de 12,0% em relação ao ano anterior. Este resultado foi impulsionado principalmente pela queda na Receita de Obras, a qual é uma representação contábil e não possui efeito caixa, em função da entrega de grandes obras realizadas pela Companhia nos últimos anos.

Composição da Receita Bruta de Serviços



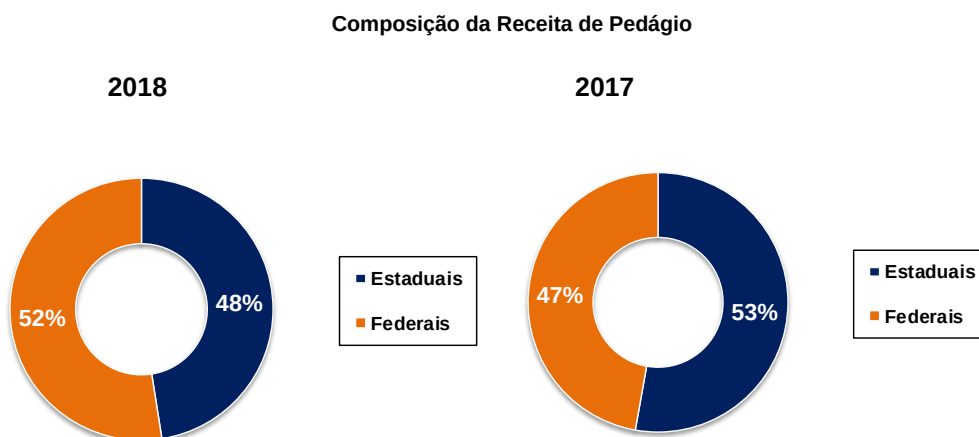
Receita de Pedágio

Em 2018, a receita de pedágio apresentou uma redução de 3,4% em relação a 2017, totalizando R\$ 2,82 bilhões ante R\$ 2,92 bilhões do ano anterior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Essa redução deriva da greve dos caminhoneiros ocorrida no mês de maio, que além de resultar em praticamente 2 semanas de rodovias bloqueadas, trouxe como consequência também a suspensão da cobrança dos eixos suspensos de veículos pesados sem carga para as concessionárias estaduais, efeito esse que será integralmente reequilibrado. Adicionalmente, no mês de maio ocorreu o término do contrato de concessão da Vianorte, distorcendo a base de comparação.

Quando expurgados os efeitos *one/off's* da greve e dos eixos suspensos e ajustando a base para refletir o término da concessão da Vianorte, a Receita de Pedágio apresentou um aumento de 6,4% em 2018, passando de R\$ 2,57 bilhões em 2017 para R\$ 2,74 bilhões em 2018.



Tráfego Pedagiado:

Em 2018, o tráfego pedagiado total atingiu o volume de 651,5 milhões de veículos equivalentes, o que representa uma queda de 2,9% em relação a 2017. Apesar da retomada econômica do país e de uma consistente melhora do tráfego observada no ano de 2018, alguns efeitos alheios à demanda impactaram de forma determinante o tráfego nas rodovias, sendo eles o término da concessão Vianorte, e os dias de paralisação nas rodovias e posterior suspensão de cobrança dos eixos suspensos em decorrência da greve dos caminhoneiros. Ao se excluírem esses efeitos, teria sido observado um aumento de 1,4% no número de veículos equivalentes, passando de 634,3 milhões para 642,9 milhões.

Esse crescimento no período segue em linha com a retomada da economia e também com o aumento no índice de confiança da indústria, atrelado à melhora dos indicadores macroeconômicos. Vale ressaltar que o perfil de tráfego das rodovias da Companhia é composto principalmente por veículos pesados, sendo nas rodovias federais composto em média por 70% de veículos pesados e nas rodovias estaduais por 60%.

Tarifa Média:

Em 2018, a tarifa média consolidada praticada pela Arteris em suas praças de pedágio foi de R\$ 4,33, o que representa uma leve redução de 0,5% em relação à tarifa média de 2017. Em bases comparáveis (excluindo-se a Vianorte), a tarifa média apresentou um aumento de 10,1% em 2018, passando de R\$ 3,83 para R\$ 4,22.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em julho de 2018, o Governo do Estado de São Paulo autorizou o reajuste anual aplicado às tarifas de acordo com a variação acumulada do IPCA do período de 2,9%, conforme prevê contrato de concessão. Em 2018, a tarifa média praticada das concessões estaduais foi de R\$ 7,76, uma redução de 0,5% em relação à tarifa média praticada de 2017, esse efeito deriva principalmente da saída da Vianorte do portfólio.

Em dezembro de 2018 a ANTT autorizou o reajuste das tarifas das concessionárias Fernão Dias, Planalto Sul e Régis Bittencourt do repasse integral do IPCA e de incrementos adicionais. Os reajustes dessas ocorrem sempre em dezembro de cada ano, enquanto os da Fluminense e Litoral Sul ocorrem todo fevereiro. A tarifa média consolidada de 2018 das concessões federais foi de R\$ 3,10, 6,5% superior em relação 2017.

As novas tarifas praticadas das concessões que tiveram reajuste em dezembro estão demonstradas na tabela a seguir:

Concessionárias	Tarifa anterior	Nova Tarifa	Var%	Em vigor a partir de
Autopista Fernão Dias	2,30	2,40	4,3%	22/12/2018
Autopista Planalto Sul	6,00	6,50	8,3%	22/12/2018
Autopista Régis Bittencourt	3,10	3,20	3,2%	29/12/2018
Autopista Fluminense	5,50	n.d.	n.d.	n.d.
Autopista Litoral Sul	2,70	n.d.	n.d.	n.d.

As concessionárias Fluminense e Litoral Sul estão em processo final de negociação do reajuste tarifário com a ANTT.

Meios Eletrônicos: A receita com a cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessionárias estaduais representou 66,0% em 2018, contra 66,2% no ano anterior. Nas concessionárias federais, o percentual médio de receita com cobrança eletrônica foi de 53,0%, mesmo percentual apresentado em 2017.

Receita de Obras

A receita de obras — representação contábil relacionada aos investimentos da Companhia em seus ativos intangíveis e, portanto, sem efeito caixa — diminuiu 27,1% em relação a 2017, atingindo R\$ 1,2 bilhão no último exercício. Essa redução se deve a entrega de grandes obras realizadas pela Companhia nos anos de 2017 e 2018.

Outras Receitas

As outras receitas são compostas exclusivamente de receitas acessórias oriundas da exploração/comercialização de serviços na faixa de domínio das rodovias concessionadas. Em 2018 estas receitas foram de R\$ 40,1 milhões, redução de 2,4% em relação ao exercício anterior.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais (excluídos a depreciação e amortização) da Companhia totalizaram R\$ 2,6 bilhões, ante R\$ 2,9 bilhões em 2017, redução de 9%. A maior parte desta variação vem da linha de custo dos serviços de construção, que não possui efeito caixa, e deriva basicamente da conclusão de grandes obras como a da Serra do Cafezal no ano anterior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Com relação aos custos e despesas com efeito caixa, o total foi de R\$ 924,6 milhões em 2018, uma redução de 0,2% em comparação ao ano anterior, quando totalizou R\$ 926,0 milhões, a principal causa dessa variação são os efeitos decorrentes da implementação de projetos de eficiência.

EBITDA e EBITDA Ajustado

O resultado operacional da Companhia medido por seu EBITDA registrou uma redução de 19,1% em relação a 2017, totalizando R\$ 1,3 bilhão. Já o EBITDA ajustado, que não considera o efeito da provisão de manutenção, uma vez que esse não tem efeito caixa, registrou uma queda de 5,0%, totalizando R\$ 1,7 bilhão. A margem EBITDA Ajustado* foi de 64,6%. O impacto negativo no EBITDA deriva principalmente do aumento da linha de provisão de manutenção (sem efeito caixa), além dos efeitos decorrentes da greve dos caminhoneiros. Já o principal impacto no EBITDA Ajustado foi o bloqueio do fluxo nas rodovias causado pela greve dos caminhoneiros ocorrida no mês de maio, além disso, pela posterior suspensão da cobrança dos eixos suspensos sem carga decorrente dessa.

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

EBITDA e EBITDA Ajustado			
(Em milhares de reais)			
	2018	2017	Var%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.855.646	4.406.011	-12,5%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(2.601.066)	(2.854.475)	-9,0%
EBITDA ¹	1.254.580	1.551.536	-19,1%
Margem EBITDA	48,0%	57,4%	-9,4 p.p.
(+) Provisão para manutenção de rodovias	432.660	224.654	92,6%
EBITDA Ajustado ²	1.687.240	1.776.190	-5,0%
Margem EBITDA Ajustado	64,6%	65,7%	-1,1 p.p.

¹ EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

Resultado Financeiro

A Companhia apresentou ao final de 2018 um resultado financeiro negativo de R\$ 514,5 milhões, um aumento de 33,5% em relação a 2017, que havia registrado resultado negativo de R\$ 385,3 milhões.

Este resultado é proveniente, da combinação dos seguintes fatores:

- As despesas financeiras totalizaram R\$ 568,8 milhões, aumento de 26,7% em relação ao ano de 2017. Esse crescimento é explicado principalmente por um aumento do endividamento bruto médio ao longo do ano e também pelo ajuste a valor presente e atualização monetária do ônus da concessão ViaPaulista.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Em 2018, a receita financeira foi de R\$ 82,8 milhões um crescimento de 25,3% em relação ao ano de 2017, impactada principalmente pelos rendimentos de um saldo médio maior de caixa e pela variação cambial sobre o empréstimo em moeda estrangeira.

Lucro Líquido

Em 2018, a Companhia registrou prejuízo líquido consolidado de R\$ 189,1 milhões, em comparação ao lucro de R\$ 246,9 milhões registrado em 2017. Essa variação é explicada principalmente por efeitos não caixa decorrentes do aumento da rubrica de provisão para manutenção e da rubrica de depreciação e amortização, que derivam basicamente do grande volume de obras entregues pela Companhia nos ultimos anos, aumentando o seu ativo intangível.

Além dos efeitos contábeis não caixa, o término da concessão da Vianorte, a greve dos caminhoneiros e a suspensão da cobrança dos eixos suspensos também tiveram efeitos no resultado, entretanto, os efeitos da suspensão da cobrança dos eixos suspensos serão integralmente reequilibrados de acordo com o contrato de concessão.

O resultado consolidado da Companhia difere do resultado contábil individual da Arteris (holding), a qual registrou um prejuízo de R\$ 198,5 milhões em 2018, sendo este a base para a apuração de dividendos a serem distribuídos aos acionistas. Esta diferença, conforme descrito na Nota Explicativa nº 3, advém do fato das demonstrações financeiras individuais terem sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais, no caso da Arteris S.A., diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras individuais pela opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2018, a dívida líquida da Companhia era de R\$ 6,0 bilhões, um aumento de 14,0% em relação à 2017, quando registrou de R\$ 5,3 bilhões.

Em 31 de dezembro de 2018, o nível de alavancagem medido pelo EBITDA Ajustado foi de 3,6x, contra um índice de 3,1x em 31 de dezembro de 2017.

Endividamento (Em milhares de reais)	31/12/2018	31/12/2017	Var%
Dívida Bruta	7.193.512	6.092.736	18,1%
Curto Prazo	1.092.444	1.069.235	2,2%
Longo Prazo	6.101.068	5.023.501	21,5%
Posição de Caixa	1.156.555	802.365	44,1%
Caixa e equivalentes de caixa	1.038.259	698.941	48,5%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	118.296	103.424	14,4%
Ajuste de posição derivativos	8.921	1.862	379,1%
Dívida Líquida	6.028.036	5.288.509	14,0%

¹ Curto e longo prazos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os principais movimentos relacionados ao endividamento bruto estão detalhados a seguir:

Empréstimos BNDES: A Arteris conta com recursos de longo prazo, concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para financiar os programas de investimento das concessões federais da Companhia. Desta forma, todas as 5 concessionárias federais contam com linhas de financiamento de longo prazo aprovadas, garantindo os recursos necessários para a implantação das principais obras contratuais até o final do período de concessão.

Até 31 de dezembro de 2018, foram desembolsados aproximadamente R\$ 4,1 bilhões referente à essas linhas de crédito, restando um saldo a utilizar de R\$ 620,5 milhões.

Adicionalmente, em 13 de dezembro de 2018, foi firmado entre a ViaPaulista e o BNDES um contrato de abertura de crédito no valor de R\$ 3,6 bilhões, entretanto, essa linha será desembolsada *pari passu* com a execução dos investimentos e ainda não teve nenhuma parcela desembolsada.

Mercado de Capitais:

Intervias: em junho de 2018, foi realizada a 5ª emissão de Debêntures, no valor de R\$ 800 milhões, dividida em 4 séries, sendo:

- 1ª série com custo de CDI+0,47%, pagamento de juros semestrais e vencimento em 15 de maio de 2020.
- 2ª série com custo de CDI+0,90%, pagamento de juros semestrais e vencimento em 15 de maio de 2023.
- 3ª série com custo de CDI+1,35%, pagamento de juros semestrais e vencimento em 15 de maio de 2025.
- 4ª série com custo de IPCA+6,76%, pagamento de juros semestrais e vencimento em 15 de maio de 2025.

Régis Bittencourt: Em 27 de dezembro de 2018, foi realizada a 5ª emissão de Notas Promissórias da concessionária no valor de R\$ 600 milhões ao custo de 107% do CDI e vencimento em 27 de junho de 2020.

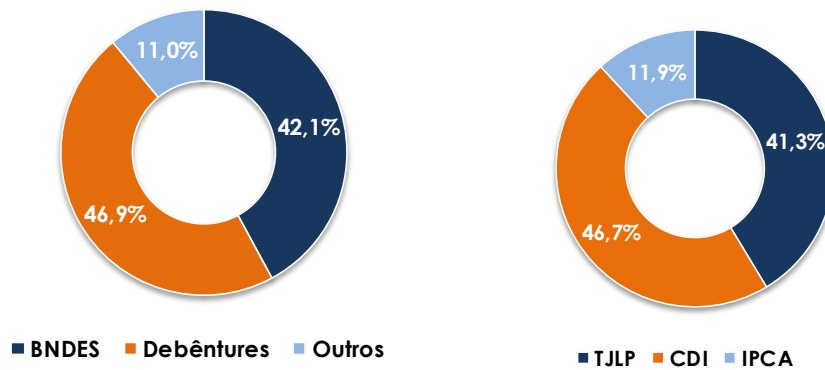
Contratação de Empréstimo em Moeda Estrangeira: Em 25 de setembro de 2018, foi realizada pela Arteris a contratação de um empréstimo em moeda estrangeira no valor de US\$ 50,0 milhões de dólares, pagando uma taxa de variação cambial + 4,31% e vencimento em 24 meses.

Na mesma data de contratação do empréstimo a Companhia contratou um Swap para proteção cambial, pagando uma taxa equivalente a CDI +1,15% e vencimento na mesma data do contrato de empréstimo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Endividamento Bruto:

Perfil da Dívida Bruta (%)



Em 31 de dezembro de 2018, a dívida bruta consolidada da Companhia (empréstimos e financiamentos mais debêntures) totalizava R\$ 7,2 bilhões, sendo que deste montante 41,4% correspondia a contratos indexados a TJLP, 46,7% correspondia a contratos atrelados ao CDI e 11,9% a contratos atrelados ao IPCA.

Ônus Fixo pago ao Poder Concedente

De acordo com as condições estabelecidas nos contratos de concessão, as concessionárias estaduais devem pagar ônus fixo ao poder concedente como contrapartida pela outorga da concessão. No ano de 2018, as concessionárias estaduais pagaram ao Poder Concedente, R\$ 30,0 milhões a título de ônus fixo.

Manutenção das Rodovias

No ano de 2018, as concessionárias estaduais e federais desembolsaram, como pagamento de manutenções realizadas em suas rodovias, o total de R\$ 476,3 milhões.

Investimentos

Considerando todas as intervenções de melhoria e manutenção, a Companhia realizou investimentos no valor de R\$ 1,7 bilhão, uma redução de 25,0% em relação ao ano de 2017 que havia contabilizado R\$ 2,2 bilhões. Deste total, 57% foram destinados às concessionárias federais.

As obras mais relevantes no período, para as quais os investimentos da Companhia foram destinados, são as seguintes:

Autopista Fluminense: Ao longo do exercício, a Concessionária manteve o intenso ritmo de obras de duplicação da Rodovia BR 101/RJ entre os municípios de Rio Bonito e Campos dos Goytacazes, iniciadas no 3T11 após a obtenção da Licença de Instalação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A obra contempla a Duplicação de 176,6 quilômetros, dos quais 126,3 quilômetros foram concluídos até 2018. Dos 50,3 quilômetros restantes, 1,7 quilômetros está em contratação, 3,0 quilômetros aguardando liberação da ANTT (Casimiro de Abreu) e 45,6 quilômetros aguardando Licenciamento Ambiental.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Outras melhorias vêm sendo executadas na rodovia, como a conclusão da Correção de Traçado do km 93+600 ao km 101+900 (8,3 km), 6 Passarelas e 2 Trevos em Desnível.

Também em 2018 a concessionária iniciou as obras de Passagem de Fauna (34 unidades) e do Viaduto Vegetado do km 218.

Autopista Fernão Dias: Após ter concluído em 2013 a implantação do Contorno de Betim (MG), trecho de 8,1 quilômetros, possibilitando a criação de uma alternativa para o tráfego rodoviário de longa distância que trafegava pelo município, a concessionária, cumpriu o cronograma de suas principais obras contratuais.

Porém outras melhorias vêm sendo executadas na rodovia, como o início da obra de Melhoria de Acesso do km 791+630 no município de São Gonçalo do Sapucaí/MG e a conclusão da Adequação do Trevo do km 25+800 no município de Bragança Paulista/SP e Adequação do Sistema Viário do Posto Fiscal do km 949+000 no município de Extrema/MG.

Autopista Régis Bittencourt: A Duplicação da Serra do Cafezal (BR-116/SP), principal obra da concessionária foi concluída em 19/12/2017 com início da operação nos seus 30,5 quilômetros, contemplando a construção de 4 túneis e 39 pontes e viadutos.

Outras melhorias vêm sendo executadas na rodovia, como a conclusão de 1 Trevo em Desnível no km 17+600 - Acesso Norte Curitiba no município de Curitiba/PR, 1 Passarela sobre Pista Dupla, Retorno Operacional no km 352+000 e 351+500 e a Implantação da Área de Escape no km 353+000 localizados na Serra do Cafezal.

Autopista Planalto Sul: A principal obra da Concessionária é a Duplicação de 25,4 quilômetros da BR-116/PR entre Curitiba (PR) e Mandirituba (PR), que foi concluída em dezembro de 2017.

Durante o ano, foi realizada a implantação de 12,6 quilômetros de Terceira Faixa entre os municípios de Mafra, Itaiópolis e Santa Cecília/SC e a conclusão das obras de Contenção entre os km 103,380 ao km 108,770 na Serra do Espigão.

Autopista Litoral Sul: O Contorno de Florianópolis, uma das mais importantes obras para a região, foi iniciado em maio de 2014, logo após a emissão da Licença de Instalação pelo IBAMA para um trecho de 14 quilômetros. Posteriormente em maio de 2015 houve a emissão de uma Licença Ambiental retificadora, abrangendo uma extensão total de 47 quilômetros. Atualmente estão em andamento as obras no Trecho Norte e Trecho Intermediário, contendo 4 trevos em desnível, sendo que o Trevo do km 204+200 está em andamento e o km 215+380 encontra-se concluído e 13 passagens inferiores sendo que destas 6 estão em andamento e 3 estão concluídas.

Em 2018, a Concessionária concluiu também a implantação de 1 Trevo em Desnível no km 140+300 no município de Balneário Camboriú/SC e 1 Passagens em Desnível Inferior no km 646+050 no município de Tijucas do Sul /PR.

Autovias: Foi concluída em dezembro de 2016, a duplicação de 2,1 quilômetros da SP 318, entre os quilômetros 241 e 243,1 com 1 Trevo em Desnível e 1 Passarela, no município de São Carlos.

Foi iniciada em março de 2016 a Duplicação da Rodovia SP-345 entre os municípios de Itirapuã/SP e Patrocínio Paulista/SP numa extensão de 9,5 quilômetros com a implantação de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3 trevos e 1 Ponte sobre o Rio Sapucaízinho, que encontra-se concluída desde outubro de 2017.

Intervias: Em fevereiro de 2016 a Companhia concluiu as obras de implantação de 5,0 quilômetros referente à segunda etapa do Contorno Viário de Mogi Mirim (SP), além da conclusão da Duplicação SP-147 km 64+800 ao km 85+700 contemplando 20,9 quilômetros entre os municípios de Mogi Mirim/SP e Engenheiro Coelho/SP, incluindo 2 Passagens Inferiores e 2 Passagens Superiores.

Em novembro de 2017 foi iniciada a Duplicação da rodovia SP-147 entre os km 88+150 ao km 104+900 no município Limeira e Engenheiro Coelho/SP, numa extensão de 16,75 quilômetros contendo 5 Trevos em Desnível encontrando-se 4 deles em andamento e 1 concluído no km 104+680, além da conclusão de 1 Ponte no km 93+900, ambas localizadas no município de Limeira/SP.

Também em 2018, a Concessionária iniciou a implantação da Duplicação da rodovia SP-191 que foi dividida em 2 trechos, o primeiro contempla a duplicação entre os km 49+700 ao km 52+700 no município Araras/SP e o segundo trecho dos Km 70+200 e Km 74+721 no município Rio Claro/SP, incluindo também a construção de 4 Dispositivos e a implantação de 1 Ponte.

Porém outras melhorias vêm sendo executadas na rodovia como a implantação de 4,0 quilômetros de Faixa Adicional nos municípios de Casa Branca/SP e Itapira/SP e 1 Passarela no Km 51+200 localizada no município de Araras/SP.

Centrovias: Em 2018 foi concluída a Implantação do Complexo Viário localizadas na Rodovia SP-225 no município de Itirapina/SP que englobou a implantação de 9,2 quilômetros de Vias Marginais, 6 quilômetros de Ciclo Faixa e Passeio para Pedestre, 1 Passarela, 1 Dispositivo de Retorno em Desnível no km 94 na SP 225 e iluminação.

ViaPaulista: Em 2018 foi concluída a Implantação das 5 Praças de Pedágio, sendo elas:

- P1, Km 331+500 localizada no município de Cel. Macedo/SP, rodovia SP-255;
- P2, Km 306+000 localizada no município de Itaí/SP, rodovia SP-255;
- P3, Km 229+040 localizada no município de Botucatu/SP, rodovia SP-255;
- P4, Km 165+400 localizada no município de Jaú/SP, rodovia SP-255;
- P5, Km 117+220 localizada no município de Boa Esperança do Sul/SP, rodovia SP-255.

Além da conclusão de 8 Base SAU (Sistema de Atendimento ao Usuário) definitivo, sendo elas:

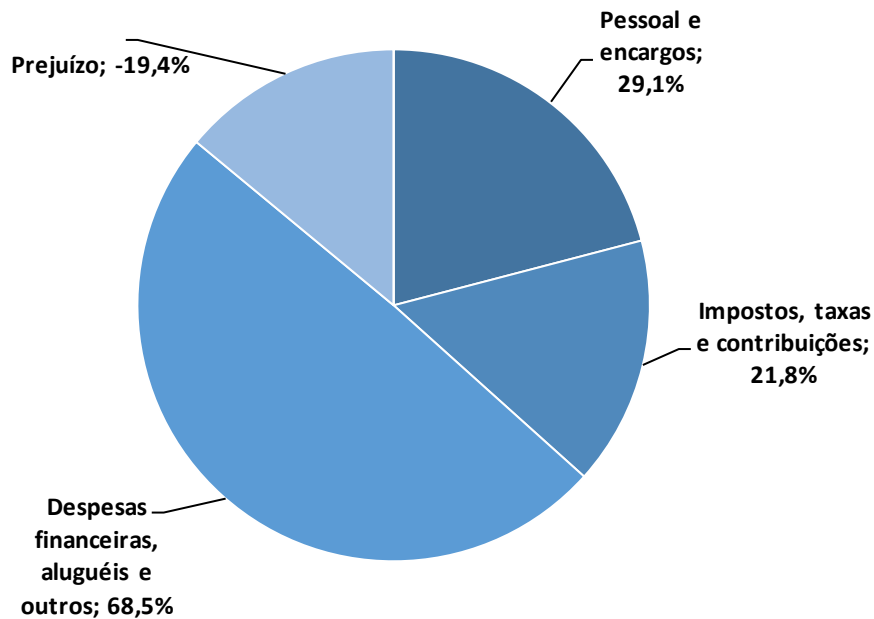
SAU 1 - km 353+130, SAU 2 - km 323+280, SAU 3 - km 301+550, SAU 4 - km 218+850, SAU 5 - km 200+790, SAU 6 - km 166+530, SAU 7 - km 134+480, SAU 8 - km 99+320.

Valor Adicionado

A Arteris gerou em 2018, em termos consolidados, valor adicionado de R\$ 955,0 milhões. Esse valor é resultante das receitas oriundas da prestação de serviços (R\$ 4,1 bilhões), menos custos relativos à concessão e construção, materiais e bens de consumo, serviços de terceiros e depreciação e amortização (R\$ 2,3 bilhões), mais dividendos, juros capitalizados e outras receitas financeiras (R\$ 141,7 milhões).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Distribuição do Valor Adicionado



Informações divulgadas pela Abertis

As demonstrações financeiras e operacionais divulgadas pela Abertis referentes à Arteris, não são necessariamente idênticas aos resultados reportados pela Companhia, uma vez que a regras do IFRS no Brasil apresentam algumas diferenças com os critérios de IFRS reportados pela Abertis. A Abertis também inclui em seus resultados determinados impactos relacionados ao tratamento contábil da transação de compra da Participes em Brasil S.L., sociedade controladora de 82,3% da Arteris.

A evolução de tráfego das concessionárias da Companhia medida pelo IMD (Intensidade Média Diária), conceito habitualmente utilizado pela Abertis para medir o desempenho de tráfego, representa o volume médio diário de tráfego da concessionária, em veículos absolutos, e é calculado pela média diária de veículos em cada praça de pedágio, ponderada pela quilometragem da rodovia.

Dividendos

Os acionistas têm direito a receber, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Em relação ao lucro apurado no exercício de 2017, a Companhia deliberou no dia 27 de abril de 2018 o pagamento de R\$56,4 milhões, o que representou um *pay-out* de 25%. Por deliberação unânime dos acionistas, esse valor foi integralizado no capital social da Companhia.

Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 não foram deliberados pagamentos de dividendos intermediários.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Profissionais

A Arteris conta com 4.607 profissionais em seu quadro de pessoal, dos quais 57,3% estão alocados nas concessionárias federais, 25,3% nas estaduais, 9,1% na construtora do grupo e o restante, ou 8,3% em sua *holding*.

Sustentabilidade

A Arteris é uma companhia que conduz seus negócios e tomadas de decisões de forma sustentável, garantindo que sua atuação esteja atrelada a um planejamento estratégico alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Para o Grupo, a sustentabilidade do negócio tem como objetivo oferecer soluções e grandes entregas para o desenvolvimento da infraestrutura brasileira, além de gerar valor para todos os seus stakeholders e comunidades próximas a sua operação.

Nesse contexto, a Arteris trabalha cinco pilares estratégicos que visam orientar o planejamento da companhia. São eles: integridade, crescimento e rentabilidade, pessoas, segurança, e relações e diálogo. Além disso, o Grupo possui outros dois temas transversais que permeiam todos pilares: ação social e tecnologia e inovação.

Integridade

A integridade está no DNA da Arteris e em tudo o que ela faz. Atualmente, a companhia conta com um Programa de Integridade, cujo objetivo é garantir que todos os departamentos da companhia estejam igualmente alinhados com o tema, atuando dentro dos padrões da ética e com transparência.

Dentro do Plano de Sustentabilidade da Arteris, a integridade é uma premissa que vai além de gerar uma boa reputação para a companhia. Ela é princípio fundamental para todas as ações do Grupo em seus mecanismos de controle, na implantação de políticas e práticas anticorrupção e no atendimento à legislação e regras. Constantemente, o Grupo apresenta suas práticas de governança perante o setor, a fim de ampliar os mecanismo de avaliação e controle de riscos de compliance.

Nesse contexto, em 2018, a Arteris e todas as empresas pertencentes ao Grupo aderiram ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, criado pelo Instituto Ethos. Ao assinar o Pacto, o Grupo assumiu o compromisso de divulgar a legislação brasileira anticorrupção para seus colaboradores e públicos de interesse, a fim de que ela seja cumprida em sua totalidade. Além disso, se comprometeu a impedir qualquer forma de suborno, trabalhar pela legalidade e primar pela transparência de informações e colaboração em investigações, quando necessário.

Crescimento e Rentabilidade

Ao longo dos anos, a Arteris tem se consolidado no setor como uma empresa focada em crescimento do negócio, tanto por meio de suas concessões existentes como pelo mapeamento de novas oportunidades no setor.

Oferecer serviços com excelência aos usuários e buscar projetos rentáveis para o Grupo e seus acionistas são as premissas que norteiam esse pilar e todas as iniciativas da companhia. Além disso, a Arteris é comprometida com os cuidados com o meio ambiente, desenvolvendo iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas por suas operações.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ano a ano, os investimentos do Grupo em infraestrutura, excelência operacional, campanhas de conscientização e comunicação vêm contribuindo para transformar a realidade das rodovias concedidas, aprimorando continuamente suas condições de tráfego, comodidade e segurança, ao mesmo tempo em que favorecem para o crescimento sustentável do negócio do ponto de vista financeiro.

Pessoas

A Arteris conduz o desenvolvimento de seus colaboradores de forma que o crescimento pessoal e profissional de cada um estimule o crescimento do negócio. Reter talentos e engajar o público interno nos temas voltados para sustentabilidade estão entre as prioridades estratégicas da companhia.

Adicionalmente, a empresa trabalha constantemente para conectar o desenvolvimento de seus profissionais com ações de voluntariado. O programa de voluntários do Grupo oferece aos colaboradores da Arteris a possibilidade de praticarem a cidadania, em linha com os valores da companhia.

Segurança

O respeito à vida é parte integrante do Plano de Sustentabilidade da companhia, que tem como um dos principais desafios buscar zero fatalidades e liderar o debate para o desenvolvimento de ações conjuntas e estruturadas sobre o tema, fortalecendo a cultura de mobilidade segura na sociedade.

Quando se fala de sustentabilidade, a Arteris acredita que a segurança reflete o impacto positivo do negócio para a sociedade, seja por meio da excelência da operação, seja pela transformação no comportamento provocada pelas campanhas e programas da companhia voltados para educação no trânsito.

A Arteris está comprometida com a meta da “Década de Ação pela Segurança no Trânsito”, da ONU, que estabelece o objetivo de reduzir as mortes no trânsito pela metade até 2020. Até o momento, o Grupo já reduziu em 46% o total de fatalidades em suas rodovias no período de 2011 a 2018.

Iniciativas como essa reforçam o comprometimento do Grupo em ser referência em segurança não só nas rodovias que administra, mas também no contexto de segurança do trabalho.

Relações e Diálogo

A Arteris é uma empresa engajada em propor e promover discussões públicas sobre temas estratégicos do negócio e do setor como um todo. Potencializar o relacionamento com stakeholders que permitam gerar valor compartilhado para o Grupo é uma prática de diferentes áreas da companhia, principalmente em assuntos relacionados à operação e eficiência ambiental, com foco na redução de impactos e identificação de novas oportunidades.

Inovação e tecnologia

Conduzir todos os pilares sob uma perspectiva inovadora é a maneira que o Grupo enxerga para estimular melhoria de processos, identificar oportunidades de parceria e negócios, além de manter o protagonismo nas discussões do setor.

Ação Social

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Com relação às ações sociais, a companhia acredita na estratégia de alinhá-las ao ciclo de vida de suas empresas e respectivas localidades., a partir de uma política de investimento social com critérios claros.

Atualmente, a Arteris conta com o Projeto Escola, que, há 17 anos, desenvolve atividades com professores e alunos da rede pública de educação. Além disso, o Grupo também desenvolve diversas ações que disseminam mensagens de segurança junto a públicos estratégicos para a redução de acidentes, iniciativas voltadas para saúde e bem estar, e apoio a projetos culturais, sociais e esportivos, com o objetivo de promover inclusão social.

Considerações Finais

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03, a Companhia informa que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, não contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

Declaração da Diretoria

A Diretoria da Arteris S.A. declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.

Diretoria

Andre Dorf
Diretor Presidente

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores

Flavia Lucia Matioli Tâmega
Diretora Jurídica

Linomar Barros Deroldo
Diretor

Sergio Moniz Barreto Garcia
Diretor

Marco Antonio Giusti

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Diretor

Conselho de Administração

Humberto Ramos de Freitas
Presidente do Conselho

Andre Dorf
Conselheiro

Fernando Martinez Caro
Conselheiro

Francisco José Aljaro Navarro
Conselheiro

Henrique Carsalade Martins
Conselheiro

Jordi Fernandez Montoli
Conselheiro

Marta Casas Caba
Conselheira

Marcos Pinto Almeida
Conselheiro

Martí Carbonell Marcaro
Conselheiro

Notas Explicativas

ARTERIS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Arteris S.A. ("Sociedade ou Controladora") é uma sociedade por ações, domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.455 - 9º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. As demonstrações financeiras da Sociedade, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 abrangem a Sociedade e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo Arteris" e individualmente como "entidade do Grupo"). A Sociedade foi fundada em 9 de novembro de 1998 e tem como atividades principais:

- Execução por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, inclusive serviços auxiliares ou complementares, exceto fornecimento de mercadorias fora do local de prestação dos serviços.
- Realização de estudos, cálculos, projetos, ensaios e supervisões relacionados às atividades de engenharia e construção civil.
- Realização de obras de infraestrutura em geral, compreendendo, sem restrição, serviços de construção civil, terraplenagem em geral, sinalização, reforço, melhoramento, recuperação, manutenção e conservação de estradas e engenharia consultiva em geral.
- Exploração direta e/ou através de consórcios e/ou através de participações em outras sociedades, de negócios relativos a obras e/ou serviços públicos no setor de infraestrutura em geral, através de qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando a parcerias público privadas, autorizações, permissões e concessões.
- Exploração de serviços de operação e manutenção de infraestrutura de transporte em geral.
- Locação e administração de bens, móveis ou imóveis, próprios ou de terceiros; e
- Participação em outras sociedades, simples ou empresárias, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras.

A Sociedade, através de suas controladas, principalmente as concessionárias estaduais, possui uma forte geração de caixa, sólida estrutura de capital e fontes de financiamento diferenciadas para implementar seu plano de negócio.

A Sociedade e suas controladas utilizam os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de dezembro de 2018 o ativo circulante supera o

Notas Explicativas

passivo circulante em R\$1.063.890 (em 31 de dezembro de 2017 o passivo circulante superava o ativo circulante em R\$62.239) na Controladora e o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$833.137 (R\$1.075.951 em 31 de dezembro de 2017) no consolidado.

A geração de caixa, somada a capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo, é adequada para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulantes, e manutenção de nível de alavancagem adequado às obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita de suas controladas no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, através da evolução do tráfego pedagiado e reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado pelo financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e por recursos captados no mercado de capitais através da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários em suas concessionárias e através da própria Sociedade, a Administração acredita que a Sociedade e suas controladas possuem condições para honrar as obrigações de curto, médio e longo prazos existentes.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2019.

2. CONCESSÕES

Com base nos seus objetivos sociais, a Sociedade participa, em 31 de dezembro de 2018, em concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo e de rodovias federais.

Concessionárias estaduais

Autovias S.A. ("Autovias")

A Autovias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2. Iniciou suas operações em 1º de setembro de 1998, com o objetivo exclusivo de realizar, sob o regime de concessão até 31 de agosto de 2018, a exploração da malha rodoviária de ligação entre Franca, Batatais, Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos e Santa Rita do Passa Quatro e respectivos acessos, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 18/CIC/97/Lote 10.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 19/14 de 16 de janeiro de 2015, foi autorizado pela Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP" ou "Poder Concedente") o reequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante a prorrogação do prazo de concessão em 3 meses e 19 dias, sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 18 de dezembro de 2018.

A Autovias teve reconhecido no Diário Oficial publicado em 09/10/2018, a aprovação do Termo Aditivo Modificativo Nº 20/18 assinado em 14/12/2018,

Notas Explicativas

indicando a modalidade por prorrogação de prazo para fins de recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão. Trata-se do reequilíbrio do processo 021.631/2016 referente à alteração do índice de reajuste de tarifa de pedágio observados no período de 01 de julho de 2013 a 30 de junho de 2017, perfazendo um total de 38 dias a contar da data de 20 de dezembro de 2018, dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 26 de janeiro de 2019.

Em 24 de janeiro de 2019 foi assinado o Termo de Retirratificação do Termo Aditivo e Modificativo nº 19/2014, devido à revisão dos cálculos de reequilíbrio econômico-financeiro tratado no TAM nº 19/2014, referente à obra de remodelação do dispositivo do KM 307 da SP 330. A atualização dos dados de fluxo de caixa marginal demonstrou que o prazo anteriormente estabelecido em 3 meses e 19 dias seria insuficiente para o reequilíbrio contratual, concedendo um prazo adicional de 65 dias (sessenta e cinco dias) a contar de 26 de janeiro de 2019. Dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 01 de abril de 2019.

A Autovias teve reconhecido o desequilíbrio referente à alteração do índice de reajuste de tarifa de pedágio observados no período de 01 de julho de 2017 a 31 de agosto de 2018. A concessionária aguarda a assinatura do Termo Aditivo Modificativo que oficializa a prorrogação de prazo em um total de 22 dias a contar da data de 02 de abril de 2019. Dessa maneira o período de exploração da concessão passará a ser até 23 de abril de 2019.

A Autovias foi autorizada em 12 de setembro de 2014 pela ARTESP, por meio do ofício 0074/14, a executar uma nova obra de 14 quilômetros de duplicação da SP 318, entre os km 253 e 249, em duas etapas, pelo valor estimado de R\$91.000. A conclusão da primeira etapa da obra foi entregue em janeiro de 2017 e a segunda etapa da obra não será mais executada pela Sociedade. O reequilíbrio do montante de R\$30.992, referente à primeira etapa da obra foi realizado por meio da metodologia de fluxo de caixa marginal, estabelecida na Resolução ARTESP 01/2013, estima-se a prorrogação de prazo de concessão em 2 meses, levando o término da concessão para junho de 2019.

A Autovias ainda possui pleitos em discussão com o poder concedente que podem alterar a data do encerramento de suas atividades.

A Autovias assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

Na SP 255 - Rodovia Antônio Machado Sant'Anna:

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 2,8 e o km 48,35;
- Implantação de faixas adicionais ao longo de todo o trecho entre o km 48,35 e o km 77.

Na SP 318 - Rodovia Engenheiro Thales de Lorena Peixoto Júnior:

- Implantação de faixas adicionais do km 257,8 ao km 280.

Na SP 330 - Rodovia Anhanguera:

- Implantação de vias marginais em Ribeirão Preto (17,2 km).

Notas Explicativas

Na SP 334 - Rodovia Cândido Portinari:

- Complementação da duplicação no trecho entre o km 322 e o km 337;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 337 e o km 348;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 358 e o km 395,5.

Na SP 345 - Rodovia Engenheiro Ronan Rocha:

- Implantação da 2ª pista e recapeamento da pista existente no trecho compreendido entre o km 10 e o km 36;
- Implantação de vias marginais entre o km 30 e o km 35, do lado direito, e entre o km 33 e o km 35, do lado esquerdo.

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. ("Centrovias")

A Centrovias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Itirapina, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Washington Luis, km 216,8, Pista Sul. Iniciou suas operações em 9 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos a Cordeirópolis, de Itirapina a Jaú, e de Jaú a Bauru.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 11, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 19 de junho de 2019.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 16, de 26 de fevereiro de 2019, foi reconhecido o desequilíbrio referente à alteração do índice de reajuste de tarifa de pedágio observados no período de 01 de julho de 2015 a 30 de junho de 2017. O referido termo oficializou a prorrogação de prazo em um total de 48 dias a contar da data de 19 de junho de 2019. Dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 05 de agosto de 2019.

A Centrovias assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

Na SP 225 - Rodovias Engenheiro Paulo Nilo Romano e Comandante João Ribeiro de Barros:

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 91 + 429 e o km 177 + 400;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 183 + 850 e o km 235 + 040.

Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("Intervias")

A Intervias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168, Pista Sul. Foi constituída em 28 de maio de 1999, iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Itapira, Mogi-Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira e São Carlos - Lote 6.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 16 de janeiro de 2028.

Em decorrência da deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, no uso de suas atribuições legais, o mesmo aprovou a inclusão no cronograma físico - financeiro do contrato de concessão, a implantação de marginais e dispositivo de retorno no distrito industrial de Itapira – KM 46+250 – Leste/Oeste. O reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da referida inclusão, apurado de acordo com a metodologia de fluxo de caixa marginal, foi de R\$1.053, em valor presente líquido. O prazo estimado de prorrogação contratual para a recomposição do desequilíbrio é de dois meses e quinze dias, passando o período de exploração da concessão a ser até 01 de abril de 2028.

As obras e manutenções para o período de 95 meses reequilibrados em TAM assinado no ano de 2006 ainda não foram definidas pela Sociedade e ARTESP. A Intervias assumiu originalmente compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

Na SP 147 - Rodovia Engenheiro João Tosello

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 41,36 e o km 54 e entre o km 62,45 e o km 106,32.

Na SP 191 – Rodovia Wilson Finardi

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido do km 43,8 ao km 44,9, do km 45,6 ao km 46,9 e do km 49,7 ao km 74,72.

Na SP 352 - Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17.

Na SP 165/330 - Rodovia Anhanguera - Contorno Rodoviário de Araras

- De acordo com o Termo Aditivo e Modificativo nº 06/02 e 3ª readequação do cronograma de obras de 08/10/2002, foram construídos um trecho de 4,67 quilômetros de rodovia, denominado Contorno Rodoviário de Araras, na SP

Notas Explicativas

165/330, partindo do Km 165,225 da SP 330 - Rodovia Anhanguera até o Km 42,300 da SP 191 - Rodovia Wilson Finardi.

Vianorte S.A. ("Vianorte")

A Vianorte é uma sociedade por ações domiciliada no município de Sertãozinho, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Attílio Balbo, km 327,5. Iniciou suas operações em 6 de março de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP nº 009/CIC/97 - Lote 05, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até março de 2018, a exploração do sistema rodoviário constituído pela SP 330 Rodovia Anhanguera, SP 322 Rodovia Attílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira, SP 328 Rodovia Alexandre Balbo/Contorno Norte de Ribeirão Preto e SP 325/322 - Avenida dos Bandeirantes.

Por meio do Termo Aditivo e modificativo nº 15/14 de 16 de janeiro de 2015, foi autorizado pela ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante a prorrogação do prazo de concessão estimado em mais dezessete dias sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 23 de março de 2018. Este prazo poderá ser prorrogado ou reduzido por intermédio de processo administrativo próprio, que deverá ser concluído antes do início de vigência do prazo mencionado, nos termos da Resolução ARTESP/1, de 25 de março de 2013.

A Vianorte assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

SP 322 Rodovia Attílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira

- Duplicação do trecho entre o km 343 + 500 e o km 390 + 500 - Sertãozinho/ Bebedouro;
- Duplicação do trecho entre o km 307 + 500 e o km 325 + 910 - Contorno Viário Sul;
- Construção de dispositivos de acessos/retornos;
- Construção de passarelas entre o km 334 + 860 e o km 337 + 790 – Sertãozinho;
- Construção de marginais entre o km 333 + 160 e o km 343 + 480;
- Ampliação de dispositivo com a SP 325/322 no km 325 + 910 (entroncamento);
- Construção da transposição sobre o Córrego Santa Elisa no km 345 + 100.

SP 328 Rodovia Alexandre Balbo

- Duplicação do trecho entre o km 323+130 ao Km 337+010;
- Construção de dispositivos nos km 326+220 / 330+720 / 334+710 / 335+160 – passagem superior (PSU).

SP 330 Rodovia Anhanguera

- Construção de passarela no km 380 - São Joaquim da Barra;
- Construção do posto de suporte ao usuário em Orlândia no km 366 + 150;

Notas Explicativas

- Construção do dispositivo com Avenida Lara Nilza Raffaini Cação no km 319 + 650.

SP 325/322 - Avenida dos Bandeirantes – Ribeirão Preto

- Construção de passarela km 8 + 550;
- Construção de galeria de aço km 6 + 400;
- Construção de dispositivo km 8 + 300.

Em conformidade ao que determina ofício OF.DGR. 0054/18 da ARTESP, às 24 horas do dia 17 de maio de 2018 a Sociedade realizou a transferência do sistema remanescente do lote rodoviário 05 para empresa licitante vencedora da concorrência Pública Internacional nº 03/2016. No entanto, a Sociedade continua com as tratativas junto à ARTESP e DER para formalização do encerramento do contrato de concessão. Esse período tem por objetivo a verificação e aprovação das condições de devolução para viabilizar a assinatura dos Termos Provisórios e Definitivos de Devolução do Sistema Rodoviário conforme descrito no contrato de concessão.

Mesmo com o final da concessão no dia 17 de maio de 2018, a Vianorte ainda realizará adequações de obras solicitadas pela comissão de devolução implantada pela ARTESP.

ViaPaulista S.A. ("ViaPaulista")

A ViaPaulista é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, Km 312,2. Constituída em 22 de junho de 2017. A Sociedade iniciou suas operações em 22 de novembro de 2017, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a ARTESP nº0359 - ARTESP - 2017, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 62.333 de 21 de dezembro de 2017, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 30 anos, a exploração do sistema Rodoviário referente ao Lote denominado Rodovias dos Calçados (Itaporanga - Franca).

Esse lote abrange os 317 quilômetros hoje administrados pela Autovias S. A., concessionária do grupo, além de outros 403 quilômetros que estavam sob administração direta do Governo do Estado de São Paulo.

A ViaPaulista iniciou parcialmente a trafegabilidade e operação com cobrança de tarifa de três praças de pedágio desde 25 de janeiro de 2019. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- Duplicação da rodovia SP 255 do km 48+100 ao km 77+100, do km 83+200 ao km 137+950, do km 137+950 ao km 147+300, do km 155+770 ao km 179+600, do km 179+600 ao km 237+430, do km 288+190 ao km 297+250, do km 297+250 ao km 320 e do km 334+250 ao km 357+430;
- Duplicação da Rodovia SP 249 do km 144+150 ao km 158+400;
- Duplicação da Rodovia SP 318 do km 249 ao km 251 e do km 251 ao km 280;

Notas Explicativas

- Pavimentação dos acessos SPA 321/334 do km 0 ao km 4+300 e SPA 334/334 do km 0 ao km 9+700.

Em decorrência dos contratos de concessão, as concessionárias estaduais reconheceram o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito de outorga, tendo como contrapartida o passivo na rubrica "Credores pela concessão", conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 e nº 17, respectivamente.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão e nos termos aditivos e modificativos subsequentes dessas concessionárias estaduais, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M ou Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, dos dois o menor, ocorrida até 31 de maio.

Para a controlada ViaPaulista, as tarifas serão reajustadas anualmente com base na variação do IPCA, no mês de outubro de cada ano.

Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias, ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos dos prazos das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

Para a ViaPaulista todos os investimentos previstos originalmente no contrato de concessão, inclusive a manutenção e substituição de bens reversíveis, deverão ser depreciados e amortizados pela concessionária no prazo da concessão, não cabendo qualquer pleito ou reivindicação de indenização por eventual saldo não amortizado ao fim do prazo da concessão, quanto a esses bens.

As concessionárias estaduais estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

Natureza dos custos	31.12.2018					Total
	Autovias	Centrovias	Intervias	Vianorte	ViaPaulista	
	Previsão de 2018	Previsão de 2018 a 2019	Previsão de 2018 a 2028	Previsão de 2018	Previsão de 2018 a 2047	
Melhorias na infraestrutura	14.039	11.170	201.605	412	3.706.978	3.934.204
Conserva especial	37.543	21.126	53.804	1.227	1.708.341	1.822.041
	<u>51.582</u>	<u>32.296</u>	<u>255.409</u>	<u>1.639</u>	<u>5.415.319</u>	<u>5.756.245</u>

Notas Explicativas

Natureza dos custos	31.12.2017					Total
	Autovias Previsão de 2018	Centrovias Previsão de 2018 a 2019	Intervias Previsão de 2018 a 2028	Vianorte Previsão de 2018	ViaPaulista Previsão de 2018 a 2047	
Melhorias na infraestrutura	140.391	39.419	378.399	11.068	2.574.541	3.143.817
Conserva especial	43.727	18.927	64.740	2.773	2.650.653	2.780.821
	<u>184.118</u>	<u>58.346</u>	<u>443.139</u>	<u>13.841</u>	<u>5.225.194</u>	<u>5.924.639</u>

As concessionárias estaduais vêm negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de dezembro de 2018 estas obras estão estimadas em R\$120.054 (R\$72.298 em 31 de dezembro de 2017), as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos.

Concessionárias Federais**Autopista Planalto Sul S.A. ("Planalto Sul")**

A Planalto Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, situada na Avenida Afonso Petschow, 4.040 - Bairro Industrial. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT" ou "Poder Concedente"), pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Planalto Sul está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134 - PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 25,4 km de duplicação de rodovia;
- 48,3 km de terceira faixa;
- 10,2 km de vias laterais;
- Construção de 9 passarelas;
- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação e manutenção de toda a extensão da rodovia.

Autopista Fluminense S.A. ("Fluminense")

A Fluminense é uma sociedade por ações, domiciliada no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Avenida São Gonçalo, 100 -

Notas Explicativas

Unidade 101. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa RJ/ES - Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Fluminense está em plena operação desde 31 de agosto de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio na BR-101/km 252 - RJ. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 176,6 km de duplicação da rodovia;
- 3,8 km de vias laterais;
- 28,3 km de variantes e contornos;
- Construção de 17 passarelas;
- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 7 bases de serviços operacionais – BSO's;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Autopista Fernão Dias S.A. ("Fernão Dias")

A Fernão Dias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, situada na Rodovia BR-381, km 850,5, Pista Norte. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR 381 - MG/SP, compreendendo o trecho entre Belo Horizonte e São Paulo, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Fernão Dias está em plena operação desde 9 de setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65 - SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 88 km de terceira faixa;
- 94,26 km de vias laterais;
- 8,3 km de variantes/contornos;
- Construção de 50 passarelas;
- Construção de 8 praças de pedágio;
- Construção de 12 bases de serviços operacionais – BSO's;

Notas Explicativas

- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Régis Bittencourt”)

A Régis Bittencourt é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Registro, no Estado de São Paulo, Brasil, na Rodovia SP 139, nº 216. Constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela ANTT, sob forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Régis Bittencourt está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 542 - SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30,5 km de duplicação de rodovia;
- 30 km de terceira faixa;
- 55 km de vias laterais;
- 26,4 km de variantes e contornos;
- Construção de 51 passarelas;
- Construção de 6 praças de pedágio;
- Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Autopista Litoral Sul S.A. (“Litoral Sul”)

A Litoral Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, situada na Rua Ministro Calógenas, 343. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, de conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Litoral Sul está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-101/km 221 - SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30 km de terceira faixa;

Notas Explicativas

- 79,7 km de vias laterais;
- 94,7 km de variantes e contornos;
- Construção de 39 passarelas;
- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro no caso da Fluminense e da Litoral Sul e no mês de dezembro no caso da Planalto Sul, da Fernão Dias e da Régis Bittencourt, com base na variação do IPCA.

Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

Em decorrência dos modelos dos contratos das concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagam ao Poder Concedente, pelo direito de exploração dos lotes mencionados, nenhum ônus fixo e/ou variável.

O principal compromisso firmado pelas concessionárias federais decorrente dos contratos de concessão é o recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores nominais da verba de fiscalização são como segue:

Concessionária	Valor anual	Valor no período da concessão
Planalto Sul	1.846	26.613
Fluminense	2.665	37.754
Fernão Dias	7.916	112.143
Régis Bittencourt	8.436	119.510
Litoral Sul	6.424	91.007
	<u>27.287</u>	<u>387.027</u>

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

Notas Explicativas

Além do recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização, as concessionárias federais firmaram compromissos decorrentes do contrato de concessão como:

- Assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- Assumir integralmente o risco decorrente de danos nas rodovias que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.
- Assumir integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- Assumir integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio das rodovias, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- Os estatutos sociais das concessionárias federais previam a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- Apresentar anualmente as demonstrações financeiras auditadas para a ANTT e publicá-las.

As concessionárias federais estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

Natureza dos custos	31.12.2018					
	Previsão de 2018 a 2033					
	Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul	Total
Melhorias na infraestrutura	91.716	719.977	361.608	562.651	247.504	1.983.456
Recuperações/Manutenções	265.277	333.467	726.379	505.596	487.446	2.318.165
	<u>356.993</u>	<u>1.053.444</u>	<u>1.087.987</u>	<u>1.068.247</u>	<u>734.950</u>	<u>4.301.621</u>
Natureza dos custos	31.12.2017					
	Previsão de 2018 a 2033					
	Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul	Total
Melhorias na infraestrutura	112.324	821.478	470.570	684.218	163.053	2.251.643
Recuperações/Manutenções	224.026	272.483	600.392	392.231	403.041	1.892.172
	<u>336.350</u>	<u>1.093.961</u>	<u>1.070.961</u>	<u>1.076.449</u>	<u>566.094</u>	<u>4.143.815</u>

As concessionárias federais vêm negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de dezembro de 2018 estas obras estão estimadas em R\$3.230.067 (R\$3.252.213

Notas Explicativas

em 31 de dezembro de 2017), as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos.

A segregação das estimativas de investimentos foi elaborada conforme mencionado na nota explicativa nº 3 “Momento de reconhecimento do ativo intangível”.

As controladas Régis Bittencourt, Litoral Sul, Fernão Dias e Fluminense, celebraram Termos de Ajuste de Conduta- “TAC” com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela Agência, desde o início das concessões até 22 de setembro de 2014.

Em decorrência da assinatura destes termos de ajuste, essas concessionárias realizarão o montante equivalente a R\$139.900 em novas obras não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, nas rodovias objeto de suas concessões. Em 31 de dezembro de 2018 a maior parte dessas obras encontravam-se concluídas.

Quanto à controlada Planalto Sul, a Sociedade informa que continua com as negociações para firmar, em condições semelhantes, um TAC com a ANTT, mas segue apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a manutenção dos efeitos da amortização do ativo diferido existente na data de transição para IFRS, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Dessa forma, essas demonstrações individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRS, que exigem o reconhecimento de ativo diferido no resultado, quando incorrido.

A Administração da Sociedade apresenta todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e essas informações correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Notas Explicativas

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01 e IFRIC 12, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

Notas Explicativas

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas dos contratos de concessão, segregando os investimentos em dois grupos:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: são estimados considerando a totalidade dos contratos de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 18.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente de cada concessão, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Determinação das receitas de construção

De acordo com o CPC 47 e IFRS 15, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras às controladas. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade e por suas controladas na elaboração das demonstrações financeiras são:

Notas Explicativas

- Base de consolidação
- Combinações de negócios
- Aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não houveram transações qualificadas como combinação de negócios.

Aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009

Como parte da transição para as IFRS e os CPC, a Sociedade optou por não reapresentar as combinações de negócios anteriores a 1º de janeiro de 2009. Com relação a aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009, o direito de outorga incorporado representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas. Esse direito de outorga incorporado foi alocado como parte do ativo intangível da concessão e é amortizado pelos critérios descritos na nota explicativa nº 8 c.

Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas correspondem aos saldos da Sociedade e de suas controladas, em que a participação direta ou indireta é de 100% do capital votante, e estão apresentadas a seguir. Na consolidação foram eliminados os investimentos nas controladas, os saldos a receber e a pagar, as receitas e as despesas entre as empresas consolidadas.

A lista a seguir apresenta as participações nas controladas incluídas na consolidação:

Controlada	31.12.2018		31.12.2017	
	Participação Indireta	Participação Direta	Participação Indireta	Participação Direta
Autovias	-	100%	-	100%
Centrovias	-	100%	-	100%
Intervias	49%	51%	49%	51%
Vianorte	-	100%	-	100%
ViaPaulista	-	100%	-	100%
Planalto Sul	-	100%	-	100%
Fluminense	-	100%	-	100%
Fernão Dias	-	100%	-	100%
Régis Bittencourt	-	100%	-	100%
Litoral Sul	-	100%	-	100%
Latina Manutenção (a)	-	100%	-	100%
Arteris Participações (b)	-	100%	-	100%

(a) A Latina Manutenção de Rodovias Ltda. ("Latina Manutenção"), constituída em 2005, é domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2, e tem por objetivo a conservação e a exploração de atividades de construção, administração e manutenção de obras relacionadas às rodovias, administradas pelas controladas da Sociedade.

(b) A Arteris Participações S.A., constituída em 2015, domiciliada no município de São Paulo, Estado de São Paulo, situada na Avenida Presidente Juscelino

Notas Explicativas

Kubitschek, 1.455 - 9º andar, tem por objetivo a participação em outras sociedades simples ou empresárias como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras. A Arteris S.A transferiu para a Arteris Participações 49% da participação que possui na Intervias.

O contexto operacional de cada uma das concessionárias de rodovias, os principais compromissos e outras informações estão divulgadas na nota explicativa nº 2.

4.1 Moeda Estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora.

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Quando houver diversas taxas de câmbio disponíveis, a taxa usada será aquela pela qual os futuros fluxos de caixa representados pela transação ou balanço seriam liquidados caso esses fluxos de caixa ocorressem na data da mensuração.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado.

4.2 Instrumentos Financeiros

As práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas divulgadas em 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção de novos pronunciamentos contábeis conforme mencionado abaixo:

Classificação dos ativos e passivos financeiros na adoção inicial do IFRS 9

O quadro abaixo apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o IAS 39 e as novas categorias de mensuração de acordo o IFRS 9 (CPC 48):

Controladora			
Ativo ou passivo financeiro	Classificação inicial pelo IAS 39	Saldo em 31.12.2017	Nova classificação de acordo com o IFRS 9
Equivalentes de caixa	Ativo financeiro mantido até o vencimento	468.880	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Partes relacionadas	Empréstimo ou recebível	1.658.625	Custo amortizado
Outros créditos	Empréstimo ou recebível	477	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Derivativos ativos	Valor justo por meio de resultados	1.862	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Fornecedores e cauções contratuais	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	3.290	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	246.708	Custo amortizado
Debêntures	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	1.626.888	Custo amortizado
Partes relacionadas	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	879.075	Custo amortizado
Outras contas a pagar	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	5.066	Custo amortizado

Notas Explicativas

Consolidado			
Ativo ou passivo financeiro	Classificação inicial pelo IAS 39	Saldo em 31.12.2017	Nova classificação de acordo com o IFRS 9
Equivalentes de caixa	Ativo financeiro mantido até o vencimento	698.941	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Partes relacionadas	Empréstimo ou recebível	215	Custo amortizado
Contas a receber clientes	Empréstimo ou recebível	156.309	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Aplicações financeiras vinculadas	Empréstimo ou recebível	103.424	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Outros créditos	Empréstimo ou recebível	7.951	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Derivativos ativos	Valor justo por meio de resultados	1.862	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Fornecedores e cauções contratuais	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	262.506	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	3.199.119	Custo amortizado
Debêntures	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	2.891.755	Custo amortizado
Credores pela concessão	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	266.282	Custo amortizado
Taxa de fiscalização	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	4.083	Custo amortizado
Outras contas a pagar	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	77.244	Custo amortizado

4.2.1 - Categorias

Os instrumentos financeiros ativos e passivos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: mensurados ao valor justo por meio de resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e custo amortizado.

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria.

No caso da Sociedade, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros derivativos. Os saldos dos instrumentos derivativos não liquidados são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras e classificados no ativo ou passivo, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas de "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

Notas Explicativas

Custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

4.3 – Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Sociedade, resumem-se a “swap” que visa exclusivamente à proteção dos fluxos de caixa dos financiamentos projetados em moeda estrangeira.

São mensuradas ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é mensurado através das posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

4.4 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.5 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Depreciação

As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 11, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão.

4.6 Ativo diferido

O pronunciamento técnico CPC 43 (R1) – Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a CPC 41 determina que a manutenção do saldo em conta do ativo diferido somente se aplica às demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Assim, esses saldos foram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas para ajustá-las às normas internacionais (IFRS).

Notas Explicativas

4.7 Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura das concessões estaduais, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

4.8 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessões, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.9 Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

Notas Explicativas

4.10 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada para cada empresa individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, e partindo da estimativa da Sociedade de lucros tributáveis futuros.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, e dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 8.

4.11 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e que é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo financeiro.

Provisão para investimentos

Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 7,30% ao ano em 31 de dezembro de 2018 (6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2017). A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das

Notas Explicativas

obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 7,30% ao ano em 31 de dezembro de 2018 (6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2017). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

Provisão para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

4.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.13 Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

Notas Explicativas

4.14 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.15 Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 19.

4.16 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.17 Normas e interpretações novas e revisadas, e emitidas

IFRSs novas e revisadas já emitidas, adotadas

4.17.1 IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes

A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor a norma IFRS 15/CPC 47 que substituiu todos os requisitos de reconhecimento de receita de acordo com as normas IFRS/CPC's. Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15/CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Sociedade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com um cliente – um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos da IFRS 15 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos.

Notas Explicativas

Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho no contrato – um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente.

Passo 3: Determinar o preço da transação – o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente.

Passo 4: Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato – uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato.

Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho – uma entidade reconhece receitas quando (ou à medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado à obrigação de desempenho satisfeita.

As controladas da Sociedade têm como principais transações a receita de pedágio e a receita de construção. A Sociedade realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos em relação ao reconhecimento anterior dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ao usuário, no caso da receita de pedágio, e conforme incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato de concessão, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma IFRS 15/CPC 47.

4.17.2 IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Metodologia de estimativa de redução ao valor recuperável (*impairment*)

O IFRS 9 introduziu o conceito de Perdas de Crédito Esperadas em oposição às perdas de créditos incorridas na norma anterior (IAS 39). Os ativos financeiros sujeitos aos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) são aqueles mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O objetivo dos requisitos de *impairment* é reconhecer as perdas de créditos esperadas ao longo da vida para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial – seja avaliado individualmente ou coletivamente – considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

As controladas da Sociedade possuem concentração em sua carteira de clientes e não possuem histórico de perdas em seus instrumentos financeiros. A Administração efetuou uma análise de risco de crédito da carteira e concluiu que não existem perdas a serem reconhecidas em seus recebíveis e nem em relação aos demais instrumentos financeiros.

IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Sociedade não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Pronunciamento ou interpretação	Descrição
IFRS 16 – Arrendamentos (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	A IFRS 16 fornece um modelo abrangente para a identificação de contratos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras de arrendatários e arrendadores. Ela substituirá as seguintes normas e Interpretações quando estiver em vigor: - IAS 17 Arrendamentos; - IFRIC 4 Determinação se um Acordo contém Arrendamento; - SIC-15 Arrendamentos Operacionais – Incentivos; e - SIC-27 Avaliação da Essência das Transações Envolvendo a Forma Legal de Um Arrendamento.
IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	A IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade: - Determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e - Avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda: - Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. - Em caso negativo, a entidade deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil.
Alterações à IFRS 9 - Características de Pagamento Antecipado com Compensação Negativa. (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	As alterações à IFRS 9 esclarecem que, para determinar se uma característica de pagamento antecipado satisfaz a condição de “apenas pagamentos de principal e juros”, a parte que exerce a opção pode pagar ou receber compensação razoável pelo pagamento antecipado independentemente do motivo para o pagamento antecipado. Em outras palavras, as características de pagamento antecipado com compensação negativa não descumprem automaticamente condição de “apenas pagamentos de principal e juros”.
Alterações à IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Investimentos de Longo Prazo em Coligadas e Joint Ventures (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	A alteração esclarece que a IFRS 9, inclusive as exigências de redução ao valor recuperável, é aplicável a investimentos de longo prazo. Adicionalmente, ao aplicar a IFRS 9 a investimentos de longo prazo, a entidade não leva em conta os ajustes ao seu valor contábil necessários de acordo com a IAS 28 (isto é, ajustes ao valor contábil dos investimentos de longo prazo resultantes da alocação das perdas da investida ou da avaliação da redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 28).

Notas Explicativas

Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2015-2017 - Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Combinações de Negócios, IFRS 11 (CPC 19 (R2)) - Negócios em Conjunto, IAS 12 (CPC 32) - Impostos sobre a Renda e IAS 23 (CPC 20 (R1)) - Custos de Empréstimos (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	As Melhorias Anuais incluem alterações a quatro normas. - IAS 12 – Impostos sobre a Renda: As alterações esclarecem que a entidade deve reconhecer as consequências do imposto de renda incidente sobre dividendos no resultado, em outros resultados abrangentes ou no patrimônio dependendo de onde a entidade reconheceu originalmente as transações que geraram o lucro a distribuir. Este é o caso independentemente da aplicação de alíquotas fiscais diferentes para o lucro distribuído e a distribuir. - IAS 23 - Custos de Empréstimos: As alterações esclarecem que se houver algum empréstimo específico em aberto após o correspondente ativo estar pronto para seu uso ou venda pretendida, esse empréstimo se torna parte dos recursos que a entidade toma emprestado geralmente ao calcular a taxa de capitalização sobre empréstimos em geral. - IFRS 3 - Combinações de Negócios: As alterações à IFRS 3 esclarecem que quando a entidade obtém o controle de um negócio que é uma operação conjunta, a entidade aplica as exigências de combinação de negócios em estágios, inclusive a remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta ao valor justo. A participação anteriormente detida a ser remensurada inclui qualquer ativo, passivo e ágio não reconhecido relacionado à operação conjunta. - IFRS 11 – Negócios em Conjuntos: As alterações à IFRS 11 esclarecem que quando uma parte que participa em uma operação conjunta que corresponde a um negócio, mas não detém o controle conjunto dessa operação, obtém o controle conjunto dessa operação conjunta, a entidade não remensura a sua participação anteriormente detida na operação conjunta.
Alterações à IAS 19 (CPC 33 (R2)) - Alteração, Redução ou Liquidação de Plano de Benefícios aos Empregados (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	As alterações esclarecem que o custo de serviços passados (ou do ganho ou da perda de liquidação) é calculado mensurando o passivo (ativo) de benefícios definidos com base em premissas atualizadas e comparando os benefícios oferecidos e os ativos do plano antes e após a alteração do plano (ou sua redução ou liquidação) mas ignorando o efeito do teto de ativos (que pode surgir quando o plano de benefícios definidos está em posição de superávit). A IAS 19 esclarece que a alteração no efeito do teto de ativos resultante da alteração do plano (ou sua redução ou liquidação) é determinada em uma segunda etapa e reconhecida normalmente em outros resultados abrangentes. Os parágrafos relacionados à mensuração do custo de serviços correntes e dos juros líquidos sobre o passivo (ativo) de benefícios definidos líquidos também foram alterados. A entidade deverá usar as premissas atualizadas dessa remensuração para determinar o custo de serviços correntes e os juros líquidos para o restante do período de relatório após a alteração do plano. No caso dos juros líquidos, as alterações esclarecem que para a alteração do plano após o período, os juros líquidos são calculados multiplicando-se o passivo (ativo) de benefícios definidos conforme remensurado de acordo com a IAS 19 e a taxa de desconto usada na remensuração (também levando em consideração o efeito das contribuições e os pagamentos de benefícios sobre o passivo (ativo) de benefícios definidos líquidos).
Alterações à IFRS 10 e IAS 28 Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto (em vigor para exercícios iniciados a partir de uma data a ser determinada)	As alterações tratam de situações em que há uma venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou controlada em conjunto.

Notas Explicativas

A Administração da Sociedade avaliou ou está em processo de avaliação e mensuração dos impactos na adoção dessas normas. Com base em avaliações preliminares a Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito significativo sobre as demonstrações financeiras, exceto pelo IFRS 16, em que a Sociedade entende que o maior impacto produzido por essa norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a rodovias e a alugueis de edifícios e equipamentos, porém até o fechamento destas demonstrações financeiras, a Sociedade está em processo de análise destes e dos demais contratos de arrendamento para eleger o critério de transição à nova Norma.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e contas bancárias	455	391	24.267	27.537
Aplicações financeiras (*)	244.772	468.489	1.013.992	671.404
Total	<u>245.227</u>	<u>468.880</u>	<u>1.038.259</u>	<u>698.941</u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 98,35% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100,13% em 31 de dezembro de 2017), tendo como características aplicações pós-fixadas em títulos públicos federais, Certificado de depósito Bancário - CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõe os fundos de investimento, inclusive as Letras Financeiras do Tesouro ("LFT") e Notas do Tesouro Nacional (NTN - over), são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade e suas controladas.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	Consolidado			
	31.12.2018		31.12.2017	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber (*)	125.393	-	138.369	-
Cupons de pedágio a receber	4.526	-	2.163	-
Cartões de pedágio a receber	1.337	-	5.338	-
Receitas acessórias a receber	8.580	-	9.116	-
Outras receitas a receber	986	241	1.086	236
Total	<u>140.822</u>	<u>241</u>	<u>156.073</u>	<u>236</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 26 c.

Notas Explicativas

A Administração da Sociedade e de suas controladas não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perda com recebíveis em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio das concessionárias.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
IRRF (a)	36.437	44.630	72.215	91.089
CSLL	-	-	3.499	4.315
PIS	323	209	461	367
COFINS	1.489	965	1.744	1.310
Instituto nacional do seguro social (INSS)	233	514	356	1.361
ISSQN	25	-	1.121	790
Saldo negativo (b)	31.051	11.933	46.078	16.911
Outros	1.200	975	2.284	1.629
Total	<u>70.758</u>	<u>59.226</u>	<u>127.758</u>	<u>117.772</u>
Total do circulante	40.305	26.931	97.305	70.706
Total do não circulante	<u>30.453</u>	<u>32.295</u>	<u>30.453</u>	<u>47.066</u>
	<u>70.758</u>	<u>59.226</u>	<u>127.758</u>	<u>117.772</u>

(a) Imposto de renda retido na fonte sobre mútuos e debêntures com partes relacionadas, referente ao ano calendário de 2017, que poderá ser compensado nos períodos subsequentes.

(b) Saldo negativo referente a apurações trimestrais de 2018 e ao ano calendário de 2017 e anteriores, passível de compensação com tributos administrados pela receita federal. As variações referem-se à transferência do saldo de imposto de renda a recuperar de 31 de dezembro de 2017 e dos trimestres de 2018.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Conciliação entre o imposto de renda e contribuição social efetiva e nominal

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é como segue:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(198.471)	245.015	(246.906)	386.801
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	67.480	(83.305)	83.948	(131.512)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Equivalência Patrimonial	(31.601)	97.158	-	-
Juros sobre o capital próprio	(12.649)	(14.202)	-	-
Outras diferenças permanentes	(312)	(2.629)	(140)	(3.691)
Variação cambial	2.195	(3.173)	2.195	(3.173)
Instrumento derivativo	3.324	4.102	3.324	4.102
Total	28.437	(2.049)	89.327	(134.274)
Impostos diferidos não constituídos	(28.437)	5.581	(31.562)	5.581
Imposto contabilizado	-	(7.630)	57.765	(139.855)
Imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	-	(7.630)	(108.164)	(166.425)
Diferido	-	-	165.929	26.570
	-	(7.630)	57.765	(139.855)

Os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, sobre os quais não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem de situações fiscais específicas da Controladora e das Controladas Planalto Sul, Latina Manutenção e Arteris Participações, que não atenderam às condições previstas na norma contábil para o reconhecimento integral do ativo fiscal diferido.

Imposto de renda e contribuição social diferidos - consolidado

Estão representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo		Imposto de renda e contribuição social diferido passivo		Total	
Não circulante	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
<u>Diferenças temporárias ativas</u>						
Prejuízo fiscal (a)	1.245.499	799.295	120.496	29.012	1.365.995	828.307
Provisão de participação nos lucros	16.297	19.785	2.249	2.894	18.546	22.679
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	95.989	92.307	7.788	8.266	103.777	100.573
Outras provisões	14.995	15.912	2.281	1.142	17.276	17.054
Provisão para manutenção de rodovias	343.265	383.650	70.884	78.393	414.149	462.043
Amortização acumulada de obras futuras	10.571	11.278	258	172	10.829	11.450
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	13.134	7.977	-	-	13.134	7.977
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	13.195	27.061	-	-	13.195	27.061
Diferido gastos pré operacionais (federais)	2.166	16.302	-	-	2.166	16.302
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (d)						
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	85.968	85.968	34	34	86.002	86.002
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	(82.832)	(68.564)	-	-	(82.832)	(68.564)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	1.758.247	1.390.971	203.990	119.913	1.962.237	1.510.884
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Total	597.804	472.930	69.357	40.770	667.161	513.701
<u>Diferenças temporárias passivas</u>						
Direito de concessão incorporado (c)	(12.091)	(13.856)	-	-	(12.091)	(13.856)
Outras provisões	(3.220)	(3.835)	(584)	(584)	(3.804)	(4.419)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (d)						
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(298.262)	(298.262)	(318.245)	(318.245)	(616.507)	(616.507)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	67.309	50.540	70.071	52.552	137.380	103.092
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(246.264)	(265.413)	(248.758)	(266.277)	(495.022)	(531.690)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Total	(83.730)	(90.241)	(84.578)	(90.534)	(168.307)	(180.775)
Total do imposto de renda e contribuição social	514.074	382.689	(15.221)	(49.764)	498.854	332.926

(a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros das concessionárias Autovias,

Notas Explicativas

Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt, Litoral Sul, Latina Manutenção e ViaPaulista.

- (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na “parte B” do seu Livro de apuração do Lucro Real – LALUR desta empresa. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.
- (d) Em 31 de dezembro de 2014 a Administração da Sociedade decidiu pela adoção antecipada da Lei nº 12.973/14 conforme previsto, para o exercício de 2014 para as controladas Autovias e Centrovias. As demais controladas fizeram a adoção quando da entrada da Lei em vigor em 1º de janeiro de 2015. Dessa forma, as controladas da Sociedade congelaram os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis e passaram a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referente a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

A Sociedade possui créditos fiscais, que não estão sendo constituídos devido a mesma ser uma holding e não gerar resultado tributável.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e de suas controladas traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração, portanto são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças. A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>
2019	92.690	9.326
2020	59.205	10.337
2021	53.435	10.020
2022	47.038	6.803
2023	47.038	6.803
Após 2023	298.398	26.068
	<u>597.804</u>	<u>69.357</u>

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade e suas controladas mantêm aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir consta breve descrição dessas obrigações:

BNDES

As concessionárias federais devem depositar em conta pagamento de instituição financeira parte das suas receitas operacionais (entre 35% e 71% da arrecadação das praças de pedágio).

Notas Explicativas

Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

As controladas federais devem manter depositadas em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato de financiamento. Este valor é sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os recursos depositados estão aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 97,51% da variação do CDI (97,88% em 31 de dezembro de 2017).

Os valores dessas aplicações em 31 de dezembro de 2018 são de R\$118.296 (R\$103.424 em 31 de dezembro de 2017)

10. INVESTIMENTOS

Os saldos dos investimentos em controladas são representados como segue:

31.12.2018							
	Ações ordinárias	Participação capital (%)	Patrimônio líquido	Ativo total	Passivo total	Receita líquida	Lucro / (Prejuízo)
Autovias	125.040.451	100%	152.858	224.356	71.498	386.499	1.759
Centrovias	101.483.834	100%	177.511	286.517	109.006	407.036	139.289
Intervias	4.763.110	51%	196.669	1.480.521	1.283.852	581.638	99.117
Vianorte	1.132.038	100%	143.830	169.488	25.658	122.838	26.846
ViaPaulista	1.338.852.754	100%	1.242.089	1.965.567	723.478	295.640	(42.629)
Planalto Sul	1.539.096.796	100%	811.773	1.347.054	535.281	232.703	(59.441)
Fluminense	625.841.370	100%	772.258	2.052.358	1.280.100	299.684	(87.986)
Fernão Dias	2.134.105.562	100%	1.130.610	2.014.418	883.808	471.586	(58.774)
Régis Bittencourt	657.300.291	100%	1.248.400	3.212.717	1.964.317	531.737	(69.245)
Litoral Sul	1.213.269.209	100%	1.165.811	2.863.113	1.697.302	526.552	(30.668)
Latina Manutenção	31.048.344	100%	59.157	89.585	30.428	91.686	(9.932)
Arteris Participações	1.158	100%	100.735	105.380	4.645	-	47.288

31.12.2017							
	Ações ordinárias	Participação capital (%)	Patrimônio líquido	Ativo total	Passivo total	Receita líquida	Lucro / (Prejuízo)
Autovias	125.040.451	100%	207.593	424.625	217.032	418.527	88.101
Centrovias	101.483.834	100%	186.928	410.345	223.417	394.190	120.953
Intervias	4.375.000	51%	264.224	971.340	707.116	464.723	156.343
Vianorte	1.132.038	100%	172.882	224.512	51.630	331.072	94.039
ViaPaulista	1.078.386	100%	1.083.018	1.631.302	548.284	24.663	(8.368)
Planalto Sul	1.358.131.802	100%	754.714	1.309.653	554.939	318.872	(51.168)
Fluminense	625.841.370	100%	829.244	2.023.807	1.194.563	419.820	(67.744)
Fernão Dias	1.751.387.796	100%	1.015.884	1.960.487	944.603	491.343	(27.453)
Régis Bittencourt	657.300.291	100%	1.531.645	2.899.382	1.367.737	772.186	12.850
Litoral Sul	1.213.269.209	100%	1.112.479	2.672.305	1.559.826	770.615	(26.246)
Latina Manutenção	7.648.344	100%	45.689	84.352	38.663	234.289	(2.935)
Arteris Participações	1.000	100%	132.445	133.703	1.258	-	73.995

A movimentação dos saldos de investimentos na Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é como segue:

Notas Explicativas

	Controladora				Saldo em 31.12.2018
	Saldo em 31.12.2017	Aporte (redução) de capital	Juros sobre capital próprio/dividendos	Equivalência patrimonial	
Autovias	207.593	10.000	(66.494)	1.759	152.858
Centrovias	186.928	-	(148.706)	139.289	177.511
Intervias	134.755	-	(85.004)	50.550	100.301
Vianorte	172.882	-	(55.898)	26.846	143.830
ViaPaulista	1.083.018	201.700	-	(42.629)	1.242.089
Planalto Sul	754.714	116.500	-	(59.441)	811.773
Fluminense	829.244	31.000	-	(87.986)	772.258
Fernão Dias	1.015.884	173.500	-	(58.774)	1.130.610
Régis Bittencourt	1.531.645	(214.000)	-	(69.245)	1.248.400
Litoral Sul	1.112.479	84.000	-	(30.668)	1.165.811
Latina Manutenção	45.689	23.400	-	(9.932)	59.157
Arteris Participações	132.445	-	(78.998)	47.288	100.735
Outros investimentos	19	-	-	-	19
Total	7.207.295	426.100	(435.100)	(92.943)	7.105.352

	Controladora				Saldo em 31.12.2017
	Saldo em 31.12.2016	Aporte de capital	Juros sobre capital próprio/dividendos	Equivalência patrimonial	
Autovias	196.640	-	(77.148)	88.101	207.593
Centrovias	177.936	-	(111.961)	120.953	186.928
Intervias	85.192	10.951	(41.123)	79.735	134.755
Vianorte	145.649	-	(66.806)	94.039	172.882
ViaPaulista	-	1.091.386	-	(8.368)	1.083.018
Planalto Sul	338.166	467.716	-	(51.168)	754.714
Fluminense	610.488	286.500	-	(67.744)	829.244
Fernão Dias	521.453	521.884	-	(27.453)	1.015.884
Régis Bittencourt	933.347	588.500	(3.052)	12.850	1.531.645
Litoral Sul	690.425	448.300	-	(26.246)	1.112.479
Latina Manutenção	53.624	-	(5.000)	(2.935)	45.689
Arteris Participações	83.336	10.248	(35.136)	73.995	132.443
Outros investimentos	19	-	-	-	19
Total	3.836.275	3.425.485	(340.226)	285.759	7.207.293

11. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Controladora								
	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31.12.2016	2.013	3.045	688	8.545	586	987	1.315	262	17.441
Adições	-	207	-	-	-	20	-	-	227
Alienações/baixas	-	-	(303)	-	-	-	-	-	(303)
Saldo em 31.12.2017	2.013	3.252	385	8.545	586	1.007	1.315	262	17.365
Adições	-	400	-	71	-	-	-	332	803
Transferências/Reclassificações	-	220	-	1	-	262	-	(483)	-
Alienações/baixas	(2)	-	-	-	-	(262)	-	-	(264)
Saldo em 31.12.2018	2.011	3.872	385	8.617	586	1.007	1.315	111	17.904
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31.12.2016	(1.228)	(1.419)	(589)	(4.987)	-	(236)	(378)	-	(8.837)
Depreciações	(153)	(126)	(20)	(1.152)	-	(143)	(122)	-	(1.716)
Alienações/baixas	-	-	227	-	-	-	-	-	227
Saldo em 31.12.2017	(1.381)	(1.545)	(382)	(6.139)	-	(379)	(500)	-	(10.326)
Depreciações	(133)	(225)	(2)	(992)	-	(145)	(123)	-	(1.620)
Alienações/baixas	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Saldo em 31.12.2018	(1.513)	(1.770)	(384)	(7.131)	-	(524)	(623)	-	(11.945)
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31.12.2017	632	1.707	3	2.406	586	628	815	262	7.039
Saldo em 31.12.2018	498	2.102	1	1.486	586	483	692	111	5.959
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%		10%	10%		

	Consolidado								
	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>									
Saldo em 31.12.2016	20.331	14.391	24.331	26.870	586	47.672	1.717	835	136.733
Adições	1.735	1.857	3.744	548	667	4.177	-	1.866	14.594
Transferências/Reclassificações	(44)	-	1.241	-	-	330	-	(1.230)	297
Alienações/baixas	(575)	(99)	(1.175)	(1.320)	-	(1.984)	-	-	(5.153)
Saldo em 31.12.2017	21.447	16.149	28.141	26.098	1.253	50.195	1.717	1.471	146.471
Adições	877	4.742	2.683	78	-	5.678	-	666	14.724
Transferências/reclassificações	(4.373)	4.965	(204)	1.639	-	477	-	(1.761)	743
Alienações/baixas	(1.932)	(525)	(4.318)	(111)	-	(5.000)	-	-	(11.886)
Saldo em 31.12.2018	16.019	25.331	26.302	27.704	1.253	51.350	1.717	376	150.052
<u>Depreciação acumulada</u>									
Saldo em 31.12.2016	(12.096)	(9.187)	(17.034)	(11.096)	-	(23.246)	(476)	-	(73.135)
Depreciações	(2.436)	(1.568)	(2.526)	(3.905)	-	(4.979)	(162)	-	(15.576)
Transferências/reclassificações	1	-	-	-	-	(7)	-	-	(6)
Alienações/baixas	236	93	746	201	-	970	-	-	2.246
Saldo em 31.12.2017	(14.295)	(10.662)	(18.814)	(14.800)	-	(27.262)	(638)	-	(86.471)
Depreciações	(1.518)	(2.541)	(4.802)	(3.836)	-	(4.965)	(155)	-	(17.817)
Transferências/reclassificações	2.827	(2.833)	33	-	-	(13)	-	-	14
Alienações/baixas	1.712	412	3.588	(21)	-	3.305	-	-	8.996
Saldo em 31.12.2018	(11.274)	(15.624)	(19.995)	(18.657)	-	(28.935)	(793)	-	(95.278)
<u>Imobilizado líquido</u>									
Saldo em 31.12.2017	7.152	5.487	9.327	11.298	1.253	22.933	1.079	1.471	60.000
Saldo em 31.12.2018	4.745	9.707	6.307	9.047	1.253	22.415	924	376	54.774
Taxas de depreciação - a.a.	6%	14%	11%	4%		11%	3%		

Notas Explicativas**12. INTANGÍVEL**

A movimentação é como segue:

	Controladora		
	Software	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>			
Saldo em 31.12.2016	23.249	14.063	37.312
Adições	3.297	19.420	22.717
Transferências/Reclassificações	17.573	(17.573)	-
Alienações/baixas	(704)	(242)	(946)
Saldo em 31.12.2017	43.415	15.668	59.083
Adições	2.719	10.595	13.314
Transferências/Reclassificações	590	(590)	-
Outros (*)	-	(11.780)	(11.780)
Alienações/baixas	(35)	-	(35)
Saldo em 31.12.2018	46.689	13.893	60.582
<u>Amortização acumulada</u>			
Saldo em 31.12.2016	(5.757)	-	(5.757)
Amortizações	(6.003)	-	(6.003)
Saldo em 31.12.2017	(11.760)	-	(11.760)
Amortizações	(8.773)	-	(8.773)
Alienações/baixas	36	-	36
Saldo em 31.12.2018	(20.497)	-	(20.497)
<u>Intangível líquido</u>			
Saldo em 31.12.2017	31.655	15.668	47.323
Saldo em 31.12.2018	26.192	13.893	40.085
Taxas de amortização - a.a.	20%		

(*) Software em desenvolvimento na Controladora transferido para as Controladas.

Consolidado								
	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Direito de exploração (d)	Software	Intangível em andamento (e)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>								
Saldo em 31.12.2016	10.240.153	351.939	130.144	12.941	52.416	2.529.675	4.900	13.322.168
Adições	725.562	1.501.574	-	-	5.866	1.263.654	38.733	3.535.389
Transferências/Reclassificações	2.067.761	-	-	-	18.234	(2.056.547)	(29.675)	(227)
Alienações/baixas	(11.862)	-	-	-	(704)	(1.149)	(34)	(13.749)
Saldo em 31.12.2017	13.021.614	1.853.513	130.144	12.941	75.812	1.735.633	13.924	16.843.581
Adições	505.751	-	-	-	6.067	831.543	17.187	1.360.548
Transferências/reclassificações	570.808	-	-	-	699	(566.187)	(6.063)	(743)
Alienações/baixas	(34.767)	-	-	-	(3.539)	(332)	(15)	(38.653)
Saldo em 31.12.2018	14.063.406	1.853.513	130.144	12.941	79.039	2.000.657	25.033	18.164.733
<u>Amortização acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2016	(3.014.006)	(307.136)	(95.050)	(8.251)	(24.705)	-	-	(3.449.148)
Amortizações	(716.233)	(26.166)	(11.488)	(1.078)	(9.481)	-	-	(764.446)
Transferências/Reclassificações	16	-	-	-	(16)	-	-	-
Alienações/baixas	319	-	-	-	-	-	-	319
Saldo em 31.12.2017	(3.729.904)	(333.302)	(106.538)	(9.329)	(34.202)	-	-	(4.213.275)
Amortizações	(943.523)	(8.604)	(5.328)	(532)	(11.868)	-	-	(969.855)
Transferências/reclassificações	(14)	-	-	-	-	-	-	(14)
Alienações/baixas	16.391	-	-	-	3.550	-	-	19.941
Saldo em 31.12.2018	(4.657.050)	(341.906)	(111.866)	(9.861)	(42.520)	-	-	(5.163.203)
<u>Intangível líquido</u>								
Saldo em 31.12.2017	9.291.710	1.520.211	23.606	3.612	41.610	1.735.633	13.924	12.630.306
Saldo em 31.12.2018	9.406.356	1.511.607	18.278	3.080	36.519	2.000.657	25.033	13.001.530
Taxas de amortização - a.a.	4,71%	0,33%	0,33%	6,66%	12,42%			

Notas Explicativas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade capitalizou o montante de R\$87.449 (R\$173.712 em 31 de dezembro de 2017) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2018 foi de 10,14% e 3,87% em 2017.

A Administração preparou as projeções de fluxo de caixa descontado para cada uma das concessionárias do grupo e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para impairment dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o prazo final de cada concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 17. O saldo adicionado em 2017 de R\$1.501.574, refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente da ViaPaulista.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Autovias e Centrovias. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão
- (d) Refere-se a valor assumido pela Latina Manutenção para exploração de granito e gnaiss e a serem utilizados em obras de infraestrutura de sociedades pertencentes ao Grupo Arteris e instalação e guarda de equipamentos para a realização das obras.
- (e) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, tendo como principais a duplicação da BR101/RJ, o contorno de Florianópolis, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outras obras.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As movimentações de empréstimos e financiamentos da Controladora são como segue:

Moeda local	Controladora					
	31.12.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em inicial	79.893	-	79.893	-	-	-
Captações/Renovações	-	-	-	773.308	-	773.308
Juros provisionados	591	-	591	24.961	-	24.961
Amortização de principal	(72.400)	-	(72.400)	(702.600)	-	(702.600)
Pagamento de juros	(8.084)	-	(8.084)	(15.776)	-	(15.776)
Saldo final	-	-	-	79.893	-	79.893
Saldo custo de transação	-	-	-	(184)	-	(184)
	-	-	-	79.709	-	79.709

Notas Explicativas

Moeda estrangeira	Controladora					
	31.12.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em inicial	166.999	-	166.999	164.572	-	164.572
Captações/Renovações	-	187.500	187.500	159.622	-	159.622
Juros provisionados	27.243	6.240	33.483	5.526	-	5.526
Imposto de renda retido sobre juros	(777)	-	(777)	(831)	-	(831)
Amortização de principal	(187.455)	-	(187.455)	(157.930)	-	(157.930)
Pagamento de juros	(4.097)	-	(4.097)	(3.960)	-	(3.960)
Saldo final	1.913	193.740	195.653	166.999	-	166.999

As movimentações de empréstimos e financiamentos do consolidado são como segue:

Moeda local	Consolidado					
	31.12.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em inicial	409.017	2.643.318	3.052.335	297.751	2.850.560	3.148.311
Captações/Renovações	108.481	946.147	1.054.628	885.530	55.454	940.984
Juros provisionados	284.028	4.017	288.045	290.219	17.384	307.603
Amortização de principal	(473.888)	-	(473.888)	(1.083.246)	-	(1.083.246)
Pagamento de juros	(268.670)	-	(268.670)	(261.438)	-	(261.438)
Transferência	303.112	(303.112)	-	280.080	(280.080)	-
AVP/Risco sacado	(116)	-	(116)	121	-	121
Saldo final	361.964	3.290.370	3.652.334	409.017	2.643.318	3.052.335
Saldo custo de transação	(3.999)	(27.666)	(31.665)	(2.219)	(17.996)	(20.215)
	357.965	3.262.704	3.620.669	406.798	2.625.322	3.032.120

Moeda estrangeira	Consolidado					
	31.12.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em inicial	166.999	-	166.999	164.572	-	164.572
Captações/Renovações	-	187.500	187.500	159.622	-	159.622
Juros provisionados	27.243	6.240	33.483	5.526	-	5.526
Imposto de renda retido sobre juros	(777)	-	(777)	(831)	-	(831)
Amortização de principal	(187.455)	-	(187.455)	(157.930)	-	(157.930)
Pagamento de juros	(4.097)	-	(4.097)	(3.960)	-	(3.960)
Saldo final	1.913	193.740	195.653	166.999	-	166.999

Consolidado								
Referência	Sociedade	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.12.2018	31.12.2017
(e)	Arteris	Real	Capital de giro	CDI + 1,8%	jan/18	Sem garantia	-	79.893
(c)	Arteris	US\$	Capital de giro	Var Cambial + 2,34%	set/18	Sem garantia	-	166.999
(f)	Arteris	US\$	Capital de giro	Var Cambial + 4,31%	set/20	Sem garantia	195.653	-
(g)	Régis Bittencourt	Real	Capital de giro	107% CDI	jun/20	Aval acionista	600.316	-
			Subtotal				795.969	246.892
(a)	Planalto Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,58% a.a.	dez/25	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	228.249	252.986
(a)	Planalto Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,62% a.a.	mar/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	42.379	44.675
(a)	Planalto Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	IPCA+8,99% a.a.	jan/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	25.746	27.626
(a)	Planalto Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP	mar/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	325	345
(a)	Fluminense	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,45% a.a.	dez/24	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	263.057	293.716
(a)	Fluminense	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,45% a.a.	nov/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	324.210	349.858
(a)	Fernão Dias	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+3,05%	mar/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	456.456	509.064
(a)	Fernão Dias	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+3,25%	dez/29	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	130.807	129.907
(a)	Régis Bittencourt	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP + 3,54% e 3,74% a.a.	dez/29	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	1.042.422	778.050
(a)	Litoral Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,32% a.a.	jun/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	510.400	562.016
(a)	Litoral Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP	jun/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	3.373	3.696
			Subtotal				3.027.424	2.951.939
(b)	Fernão Dias	Real	Financiamento de equipamentos	6% a.a.	jun/19	Próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias	117	352
			Subtotal				117	352
(d)	Planalto Sul	Real	Risco sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	4.866	3.711
(d)	Fluminense	Real	Risco sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	860	954
(d)	Régis Bittencourt	Real	Risco sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	12.319	11.220
(d)	Litoral Sul	Real	Risco sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	6.432	4.266
			Subtotal				24.477	20.151
			Total Geral				3.847.987	3.219.334
						Circulante	363.877	576.016
						Não circulante	3.484.110	2.643.318

Notas Explicativas

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.
- (b) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem e/ou aval e notas promissórias dos acionistas.
- (c) Contrato de empréstimo em moeda estrangeira na modalidade 4131 no valor de US\$50.000, celebrado junto ao The Bank of Nova Scotia, integralmente quitado em agosto de 2018.
- (d) Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de R\$24.477 (R\$20.151 em 31 de dezembro de 2017) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade e suas controladas para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$48.000 e taxa média de 1,33% ao mês.
- (e) 3ª emissão de Notas Promissórias da Arteris no valor de R\$75.000, integralmente quitada em janeiro de 2018.
- (f) Contrato de empréstimo em moeda estrangeira na modalidade 4131 no valor de US\$50.000, celebrado junto ao The Bank of Nova Scotia. Para proteção da exposição da variação cambial, a Sociedade contratou também, na mesma datade contratação do empréstimo, uma operação de Swap junto ao Scotia Bank do Brasil de forma a converter a variação cambial acrescida do spread pré-fixado de 4,31% ao ano para CDI+1,15% ao ano. Os recursos obtidos serão destinados à execução do plano de investimentos do grupo.
- (g) 5ª emissão de Notas Promissórias da controladora Autopista Régis Bittencourt no valor de R\$600.000 com juros remuneratórios de 107% do CDI com vencimento para 27 de junho de 2020.

Em 13 de dezembro de 2018, foi firmado entre a Sociedade ViaPaulista e o BNDES um contrato de abertura de crédito no valor de \$3.600.000, entretanto, essa linha será desembolsada *pari passu* com a execução dos investimentos.

Em 31 de dezembro de 2018, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos do consolidado apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
2020	969.580	193.740	1.163.320
2021	414.220	-	414.220
2022	451.069	-	451.069
2023	491.228	-	491.228
Após 2023	964.273	-	964.273
	3.290.370	193.740	3.484.110

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Especificamente o item “h” das cláusulas restritivas do contrato firmado prevê que:

Notas Explicativas

As concessionárias federais não devem realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

Em 31 de dezembro de 2018 as concessionárias federais Autopista Fluminense e Autopista Planalto Sul, apresentam índice de Cobertura do Serviço da dívida – ICSD abaixo de 1,3, entretanto estas concessionárias não realizaram nenhuma ação que descumprisse esta cláusula restritiva.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

A Sociedade classificou os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como fluxo de caixa de financiamento na Controladora, pois esses empréstimos foram captados e repassados através de contratos de mútuo, para suprir a necessidade de capital de giro e financiamentos de suas subsidiárias federais.

14. DEBÊNTURES

As movimentações das debêntures da controladora são como segue:

Moeda local	Controladora					
	31.12.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	21.648	1.616.755	1.638.403	207.368	-	207.368
Captações/Renovações	-	-	-	-	1.615.763	1.615.763
Juros provisionados	124.143	6.184	130.327	35.001	991	35.992
Amortização de principal	-	-	-	(200.000)	-	(200.000)
Pagamento de juros	(120.486)	-	(120.486)	(20.720)	-	(20.720)
Transferência	-	-	-	(1)	1	-
Saldo final	<u>25.305</u>	<u>1.622.939</u>	<u>1.648.244</u>	<u>21.648</u>	<u>1.616.755</u>	<u>1.638.403</u>
Saldo custo de transação	(1.811)	(8.765)	(10.576)	(1.663)	(9.852)	(11.515)
Saldo final	<u>23.494</u>	<u>1.614.174</u>	<u>1.637.668</u>	<u>19.985</u>	<u>1.606.903</u>	<u>1.626.888</u>

As movimentações das debêntures do consolidado são como segue:

Notas Explicativas

Moeda local	Consolidado					
	31.12.2018			31.12.2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	497.542	2.410.068	2.907.610	925.894	831.849	1.757.743
Captações/Renovações	-	900.000	900.000	50.000	1.965.763	2.015.763
Juros provisionados	226.153	39.405	265.558	152.284	30.527	182.811
Amortização de principal	(461.275)	-	(461.275)	(813.571)	-	(813.571)
Pagamento de juros	(222.618)	-	(222.618)	(235.136)	-	(235.136)
Transferência	692.316	(692.316)	-	418.071	(418.071)	-
Saldo final	<u>732.118</u>	<u>2.657.157</u>	<u>3.389.275</u>	<u>497.542</u>	<u>2.410.068</u>	<u>2.907.610</u>
Saldo custo de transação	(4.900)	(12.533)	(17.433)	(3.966)	(11.889)	(15.855)
Saldo final	<u>727.218</u>	<u>2.644.624</u>	<u>3.371.842</u>	<u>493.576</u>	<u>2.398.179</u>	<u>2.891.755</u>

Consolidado						
Sociedade	Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.12.2018	31.12.2017
Arteris	5ª emissão - série 1	1.454.224	CDI + 1,60% a.a.	out/22	1.477.791	1.474.585
Arteris	5ª emissão - série 3	161.540	IPCA + 5,09% a.a.	out/24	170.453	163.818
					<u>1.648.244</u>	<u>1.638.403</u>
Autovias	4ª emissão - Série única	10.000	CDI+1,40%a.a.	set/18	-	100.416
					<u>-</u>	<u>100.416</u>
Centrovias	2ª emissão	40.000	CDI+0,99%a.a.	jun/18	-	57.384
Centrovias	3ª emissão	10.000	CDI+1,25%a.a.	mar/19	50.207	100.409
					<u>50.207</u>	<u>157.793</u>
Intervias	3º emissão	60.000	CDI+1,09%a.a.	set/18 (*)	-	208.501
Intervias	4 º emissão - 1º série	15.000	CDI+1,10%a.a.	out/19	50.769	101.678
Intervias	4º emissão - 2º série	22.500	IPCA+5,96%a.a.	out/19	290.268	279.564
Intervias	5º emissao - 4º série	126.010	IPCA+6,76%a.a.	mai/25	129.797	-
Intervias	5º emissao - 1º Serie	200.000	CDI+0,47%a.a.	mai/20	201.595	-
Intervias	5º emissao - 2º Serie	191.177	CDI+0,90%a.a.	mai/23	192.800	-
Intervias	5º emissao - 3º Serie	282.813	CDI+1,35%a.a.	mai/25	285.365	-
					<u>1.150.594</u>	<u>589.743</u>
ViaPaulista	1ª emissão - 1ª série	20.000	CDI+2,10%a.a.	out/19	203.581	203.991
ViaPaulista	1ª emissão - 2ª série	10.000	CDI+2,10%a.a.	out/19	101.790	-
					<u>305.371</u>	<u>203.991</u>
Planalto Sul	2ª Emissão - Série Única	100.000	IPCA + 8,17% a.a.	dez/25	155.096	144.558
					<u>155.096</u>	<u>144.558</u>
Fernão Dias	4ª emissão - Série única	65.000	IPCA+7,53%a.a.	set/26	79.763	72.706
					<u>79.763</u>	<u>72.706</u>
				Total	3.389.275	2.907.610
				Circulante	732.118	497.542
				Não Circulante	2.657.157	2.410.068

(*) Em junho de 2018, a sociedade resgatou antecipadamente as debêntures da 3ª emissão.

A Sociedade classificou os juros pagos sobre debêntures como fluxo de caixa de financiamento na Controladora, pois essas debêntures foram captadas e repassadas por meio de contratos de mútuo, para suprir a necessidade de capital de giro de suas subsidiárias federais.

Em 31 de dezembro de 2018, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

Notas Explicativas

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2020	-	272.132
2021	727.112	798.499
2022	727.112	898.690
2023	168.715	348.012
Após 2023	-	339.824
	<u>1.622.939</u>	<u>2.657.157</u>

O valor justo das debêntures registradas nos passivos circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

As debêntures de emissões da Sociedade, das concessionárias estaduais e federais contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme estipulados nas cláusulas de vencimento antecipado constantes nas escrituras de emissão de cada uma das emissões, arquivadas na CVM. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Sociedade e suas controladas, não apresentam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures da 2ª emissão da Centrovias e da 3ª, 4ª e 5ª emissões da Intervias, não possuem garantias.

As debêntures da 1ª e 3ª séries da 5ª emissão da Sociedade são garantidas por:

1. Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Arteris Participações.
2. Cessão fiduciária de 100% do fluxo de dividendos da Intervias.

As debêntures da 4ª emissão – série única da Autovias e da 3ª emissão – série única da Centrovias são garantidas por:

1. Fiança integral e solidária da Arteris S.A.

As debêntures da 4ª emissão da Fernão Dias e da 2ª emissão da Planalto Sul são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

As debêntures da 1ª e 2ª séries da 1ª emissão da ViaPaulista são garantidas por:

1. Fiança integral e solidária da Arteris S.A.
2. Alienação Fiduciária de 100% das ações de emissão da emissora.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos direitos creditórios e emergentes da concessão.

15. PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com partes relacionadas são relativas a despesas administrativas, mútuos e debêntures privadas para capital de giro e execução do plano de investimentos do grupo.

Notas Explicativas

Os saldos em 31 de dezembro de 2018 de 2017 e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, com partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Controladas</u>				
Contas a receber:				
Autovias S.A. (a)	1.503	1.450	-	-
Centrovias S.A. (a)	1.391	1.341	-	-
Intervias S.A. (a)	1.491	1.445	-	-
Vianorte S.A. (a)	1.213	1.190	-	-
Planalto Sul S.A. (a)	574	439	-	-
Fluminense S.A. (a)	806	669	-	-
Fernão Dias S.A. (a)	1.308	963	-	-
Régis Bittencourt S.A. (a)	1.610	1.093	-	-
Litoral Sul S.A. (a)	1.282	938	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	4.976	2.212	-	-
Arteris Participações (a)	1.096	834	-	-
ViaPaulista S.A. (a - i)	9.133	9.630	-	-
Juros sobre capital próprio:				
Autovias S.A. (d)	-	11.443	-	-
Centrovias S.A. (d)	3.881	3.956	-	-
Intervias S.A. (d)	2.745	4.359	-	-
Vianorte S.A. (d)	10.257	8.666	-	-
Arteris Participações (d)	3.106	-	-	-
Dividendos a receber:				
Autovias S.A. (d)	418	8.563	-	-
Intervias S.A. (d)	4.062	3	-	-
Régis Bittencourt S.A. (d)	3.052	3.052	-	-
Fluminense S.A. (b)	270.384	-	-	-
Litoral Sul S.A. (b)	585.246	-	-	-
Debêntures:				
Fluminense S.A. (e)	170.261	-	-	-
Régis Bittencourt S.A. (f)	145.818	-	-	-
Litoral Sul S.A. (g)	292.249	41.049	-	-
<u>Outras partes relacionadas:</u>				
Contas a receber:				
PDC Participações S.A.	-	6	-	6
Abertis Infraestrutura Finance BV	818	209	818	209
Total	1.518.680	103.510	818	215

Notas Explicativas

<u>Ativo não circulante</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Controladas</u>				
Empréstimos:				
Fluminense S.A. (b)	-	253.554	-	-
Régis Bittencourt S.A. (b)	-	23.426	-	-
Litoral Sul S.A. (b)	-	548.608	-	-
Debêntures:				
Fluminense S.A. (e)	100.847	158.962	-	-
Régis Bittencourt S.A. (f)	18.050	338.743	-	-
Litoral Sul S.A. (g)	131.491	231.822	-	-
Total	<u>250.388</u>	<u>1.555.115</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
 <u>Passivo circulante</u>	 <u>31.12.2018</u>	 <u>31.12.2017</u>	 <u>31.12.2018</u>	 <u>31.12.2017</u>
<u>Controladas</u>				
Empréstimos:				
Autovias S.A. (c)	83.801	172.507	-	-
Centrovias S.A. (c)	107.889	-	-	-
Vianorte S.A. (c)	144.663	136.525	-	-
Debêntures:				
Intervias S.A. (h)	328.533	-	-	-
<u>Controladas</u>				
Contas a pagar:				
Autovias S.A. (a)	-	47	-	-
Centrovias S.A. (a)	-	50	-	-
Intervias S.A. (a)	-	54	-	-
Vianorte S.A. (a)	-	45	-	-
Planalto Sul S.A. (a)	-	16	-	-
Fluminense S.A. (a)	-	25	-	-
Fernão dias S.A. (a)	-	37	-	-
Régis Bittencourt S.A. (a)	-	43	-	-
Litoral Sul S.A. (a)	-	36	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	-	41	-	-
Dividendos propostos:				
Participes em Brasil S.L. Unipersonal	-	18.697	-	-
Participes em Brasil II, S L	-	23.043	-	-
Brookfield Aylesbury S.A.R.L	-	9.981	-	-
PDC Participações S.A.	-	4.657	-	-
Total	<u>664.886</u>	<u>309.426</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
 <u>Controladas</u>				
Empréstimos:				
Autovias S.A. (c)	60.159	-	-	-
Centrovias S.A. (c)	-	236.725	-	-
Debêntures:				
Centrovias S.A. (c)	40.060	-	-	-
Intervias S.A. (h)	142.893	332.924	-	-
Total	<u>243.112</u>	<u>569.649</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

Receitas (despesas) financeiras líquidas	Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017
<u>Controladores</u>		
Abertis Infraestructura	-	(9.823)
Brookfield Aylesbry	-	(12.821)
<u>Controladas</u>		
Autovias S.A.	(8.840)	(18.947)
Centrovias S.A.	(13.205)	(27.886)
Intervias S.A.	(31.314)	(60.835)
Vianorte S.A.	(11.164)	(15.689)
	<u>(64.523)</u>	<u>(123.357)</u>
Planalto Sul S.A.	-	11.258
Fluminense S.A.	35.149	43.406
Fernão Dias S.A.	-	16.406
Régis Bittencourt S.A.	18.413	58.701
Litoral Sul S.A.	69.185	86.430
	<u>122.747</u>	<u>216.201</u>

- (a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris adota um critério de rateio de custos da "Holding", baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.
- (b) Contratos de mútuo ativo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,4% a 2,0% ao ano com vencimentos de juros e principal a partir de dezembro de 2019.
- (c) Contratos de mútuo passivo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,7% ao ano com vencimentos de juros e principal, em dezembro de 2019 para Vianorte, Autovias, Centrovias e Intervias.
- (d) Refere-se a dividendos e juros sobre capital próprio a receber.
- (e) Refere-se a instrumento particular de escritura de 2ª, 3ª e 4ª emissão de debêntures simples, de série única, não conversível em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Fluminense e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Fluminense. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros previsto para 10 de abril de 2019, 03 de julho de 2019 e 19 de outubro de 2019.
- (f) Refere-se a instrumentos particulares de escritura de 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª emissões de debêntures, de séries únicas, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrados entre a Régis Bittencourt e Arteris, cuja destinação de recursos será para execução do plano de investimentos da Régis Bittencourt. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros da 2ª emissão em 27 de abril de 2019, da 3ª emissão em 25 de julho de 2019, da 4ª emissão em 19 de agosto de 2019, da

Notas Explicativas

5ª emissão em 18 de setembro de 2019 e da 6ª emissão em 19 de outubro de 2019. A 2ª emissão foi totalmente liquidada em 14.05.2018.

- (g) Refere-se a instrumentos particulares de escritura de 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª emissões de debêntures, de séries únicas, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Litoral Sul e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Litoral Sul. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,4% para 2ª emissão, 1,5% ao ano para as 3ª, 4ª e 5ª emissão e 1,0% ao ano para a 6ª emissão, com vencimento do principal e juros em 31 de março de 2019 para 2ª emissão, 28 de abril de 2019 para 3ª emissão, 3 de julho de 2019 para 4ª emissão, 19 de agosto de 2019 para 5ª emissão e 21 de maio de 2021 para a 6ª emissão.
- (h) Refere-se a instrumento particular de escritura de 4ª e 6ª emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Intervias e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos de outras concessões do Grupo Arteris. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 2,0% ao ano para a 4ª emissão e 1,2% ao ano para a 6ª emissão, com vencimento do principal e juros em 25 de junho de 2019 para 4ª emissão e 02 de agosto de 2021 para a 6ª emissão.
- (i) Refere-se a despesas iniciais da concessionária pagas pela Controladora que serão reembolsadas no primeiro trimestre de 2019.

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção realizou em 31 de dezembro de 2018 obras nas rodovias, registradas no intangível das concessionárias, que no consolidado representam o valor de R\$54.389 (R\$172.494 em 31 de dezembro de 2017).

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade reconheceu o montante de R\$7.096 (R\$11.661 em 31 de dezembro de 2017) na Controladora, já descontado o rateio de despesas efetuado pela Arteris, e de R\$26.071 (R\$27.160 em 31 de dezembro de 2017) no Consolidado, a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e as suas controladas, tampouco possuem benefícios indiretos.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos em até R\$18.650 para a Controladora e R\$35.650 para o Consolidado.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade e suas controladas com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

Notas Explicativas

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade e suas controladas concedem a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme a mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o Programa de Participação nos Resultados "PPR" registrados em 31 de dezembro de 2018, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$8.730 na Controladora (R\$12.746 em 31 de dezembro de 2017) e R\$27.700 no consolidado (R\$35.425 em 31 de dezembro de 2017).

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA – *Earnings Before Interest, Taxes, depreciation and Amortization* consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade e suas controladas provêm a seus empregados benefícios de assistência médica, assistência odontológica e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se aos valores dos ônus das concessões obtidas pelas controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte, devidos ao DER/SP pela outorga das concessões estaduais, ajustados a valor presente. Para a controlada ViaPaulista, refere-se ao valor do ônus da concessão, devido a ARTESP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

Os valores dos ônus das concessões serão liquidados em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998 pela Autovias, em junho de 1998 pela Centrovias, em fevereiro de 2000 pela Intervias e em março de 1998 pela Vianorte. Os montantes são reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

O valor do ônus da controlada ViaPaulista será liquidado em duas parcelas, sendo que a primeira foi paga na data da assinatura do contrato, em conjunto com o ágio ofertado corrigido, e a segunda parcela da outorga fixa a ser liquidada na data da assinatura do Termo de Transferência do Sistema Remanescente, será corrigida desde a data base do contrato em outubro de 2017.

Notas Explicativas

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

Circulante		Consolidado			
		Valor presente		Valor real em (*)	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Autovias	Direito de outorga	-	6.025	-	6.136
	Parcela variável (a)	495	496	495	496
Centrovias	Direito de outorga	-	5.657	-	5.727
	Parcela variável (a)	539	534	539	534
Intervias	Direito de outorga	8.855	8.362	9.022	8.586
	Parcela variável (a)/(b)	685	682	685	682
Vianorte	Direito de outorga	-	9.237	-	9.293
	Parcela variável (a)	-	467	-	467
ViaPaulista	Direito de outorga	249.057	226.177	249.057	239.372
	Parcela variável (a)	-	-	-	-
Total		259.631	257.637	259.798	271.293

Não circulante		Consolidado			
		Valor presente		Valor real em (*)	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Intervias	Direito de outorga	732	8.645	772	9.338
Total		732	8.645	772	9.338

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do exercício, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da ARTESP prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas das concessionárias).

(b) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta mensal de pedágio e 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

A quantidade de parcelas a partir de 31 de dezembro de 2018 está assim representada:

	Parcelas		
	Circulante	Não circulante	Total
Intervias	12	1	13
ViaPaulista	1	-	1

Os valores pagos pelas controladas da Sociedade no decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 ao Poder Concedente estão assim representados:

Notas Explicativas

	31.12.2018		
	Outorga		
	Fixa	Variável	Valor pago
Autovias	6.189	5.750	11.939
Centrovias	5.727	6.093	11.820
Intervias	8.740	8.223	16.963
Vianorte	9.293	2.428	11.721
Total	29.949	22.494	52.443

	31.12.2017		
	Outorga		
	Fixa	Variável	Valor pago
Autovias	9.115	5.627	14.742
Centrovias	13.638	6.033	19.671
Intervias	8.487	8.120	16.607
Vianorte	55.321	5.280	60.601
ViaPaulista (a)	1.277.229	-	1.277.229
Total	1.363.790	25.060	1.388.850

(a) Do montante pago pela Viapaulista ao poder concedente, R\$237.326 refere-se à primeira parcela da outorga e R\$1.039.903 ao ágio ofertado.

Em 31 de dezembro de 2018, as parcelas relativas ao valor presente classificadas no passivo não circulante apresentavam vencimento para 2020.

18. PROVISÕES**Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios**

A Sociedade e suas controladas têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, às ações cíveis em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas, fiscais e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade e de suas controladas.

A movimentação dos saldos individuais e consolidados dos riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é conforme segue:

	Controladora				
	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos
Trabalhistas	1	74	(3)	(72)	-
Fiscal	181	39	(1)	-	3
Total	182	113	(4)	(72)	3

	Controladora				
	31.12.2016	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos
Trabalhistas	231	2	-	(232)	-
Fiscal	177	4	-	-	-
Total	408	6	-	(232)	-

Notas Explicativas

	Consolidado					31.12.2018
	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	
Cíveis	38.651	18.609	(8.010)	(13.549)	-	35.701
Trabalhistas	15.573	19.871	(5.986)	(8.279)	-	21.179
Regulatório	46.595	9.223	(60)	(9.933)	2.101	47.926
Fiscal	181	340	(1)	(301)	3	222
Total	101.000	48.043	(14.057)	(32.062)	2.104	105.028

	Consolidado					31.12.2017
	31.12.2016	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	
Cíveis	22.647	43.291	(15.436)	(11.851)	-	38.651
Trabalhistas	12.018	16.067	(4.013)	(8.499)	-	15.573
Regulatório	38.231	8.174	(2.555)	(143)	2.888	46.595
Fiscal	177	4	-	-	-	181
Total	73.073	67.536	(22.004)	(20.493)	2.888	101.000

As principais movimentações nos processos cíveis referem-se a indenizações a terceiros, na esfera trabalhista em sua maioria referem-se a processos de responsabilidade solidária sobre contratações de terceiros em obras nas concessionárias e no regulatório, os principais movimentos referem-se a processos administrativos e judiciais relativos a ANTT e ARTESP. Periodicamente as concessionárias realizam revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2018 a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$47.926 (R\$46.595 em 31 de dezembro de 2017). Existem ainda outros processos com a ANTT e ARTESP cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que totalizam R\$50.263 (R\$41.236 em 31 de dezembro de 2017).

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são parte em processos cíveis, trabalhistas e fiscais, ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$52.169 em 31 de dezembro de 2018 (R\$41.992 em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de dezembro de 2018 os depósitos judiciais de R\$6.290 e R\$88.193, na Controladora e no consolidado, respectivamente, (R\$6.279 e R\$93.779, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais em que não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto, exceto no consolidado onde o montante de R\$4.760 está relacionado a processos cujo prognóstico de perda é provável e as provisões foram registradas pelas Sociedades.

O saldo de R\$88.193 de depósitos judiciais no consolidado é composto da seguinte forma: R\$66.433 referentes a indenizações para desapropriações de obras nas concessionárias federais, R\$10.335 referentes a ações trabalhistas, R\$6.806 referente a processos fiscais, R\$1.565 referente a processos cíveis, e R\$3.054 referente a depósitos de naturezas diversas, das concessionárias estaduais, federais e da Controladora.

Notas Explicativas

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é conforme segue:

Provisões	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2017	26.639	178.542	154.284	283.501
Adições/Reversões	(57)	201.630	7.088	231.030
Utilizações	(36)	(505.307)	-	-
Ajuste a valor presente	62	2.851	5.991	22.958
Transferências	(16.304)	402.589	16.304	(402.589)
Saldo em 31.12.2018	10.304	280.305	183.667	134.900

Provisões	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2016	63.749	332.903	2.014	350.453
Adições/Reversões	4.396	21.276	124.157	203.378
Utilizações	(5.620)	(482.656)	-	-
Ajuste a valor presente	(6.515)	1.839	(1.258)	34.850
Transferências	(29.371)	305.180	29.371	(305.180)
Saldo em 31.12.2017	26.639	178.542	154.284	283.501

A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. Em 31 de dezembro de 2018 a administração revisou determinados critérios e passou a usar a taxa de desconto de 7,30% ao ano (6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2017) para a provisão de manutenção.

A atual taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na ponderação de coeficientes como taxa interna de retorno, custo médio da dívida e taxa WACC - *Weighted Average Cost of Capital*. A administração entende que esta taxa, é a mais adequada aos aspectos econômicos dos negócios geridos pelo grupo.

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 referente às manutenções realizadas foram de R\$476.275 (R\$459.797 em 31 de dezembro de 2017).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2018 é de R\$5.103.848 (5.047.469 em 31 de dezembro de 2017) e está representado por 731.481.274 ações (726.415.783 em 31 de dezembro de 2017) ordinárias sem valor nominal.

Notas Explicativas

Foi realizado aumento de capital de R\$56.379, mediante a capitalização de dividendos conforme AGO/E de 27 de abril de 2018. Em 2017 foi realizado aumento de capital de R\$ R\$1.871.653 com emissão de 174.896.715 ações.

Reserva legal e retenção de lucros - Controladora

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos - Controladora

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31.12.2018	31.12.2017
Lucro líquido do exercício	(198.471)	237.385
Reserva legal de 5%	-	(11.869)
Base de cálculo	(198.471)	225.516
Dividendos estatutários obrigatórios	25%	25%
Total	-	56.379
Quantidade de ações	-	726.416
Dividendos por ação	-	0,0776

Em 31 de dezembro de 2018 não há constituição de dividendos mínimos obrigatórios devido ao resultado final apurado no exercício de 2018 ter apresentado prejuízo líquido.

20. RECEITAS

Estão representadas e a conciliação entre receita bruta e receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Receita de serviços prestados	2.823.750	2.922.045
Receita de serviços de construção	1.244.156	1.703.751
Outras receitas	40.052	41.049
Receita bruta	4.107.958	4.666.845
ISSQN	(142.559)	(147.628)
PIS	(19.104)	(19.736)
COFINS	(88.155)	(91.077)
Outras deduções	(2.227)	(2.393)
Receita líquida	3.855.913	4.406.011

Notas Explicativas**21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Despesas:				
Com pessoal	1.828	(1.095)	(94.903)	(94.192)
Serviços de terceiros	(6.660)	(3.923)	(33.034)	(29.638)
Manutenção de bens e conservação	(55)	(340)	(13.939)	(12.951)
Depreciação / Amortização	(9.754)	(7.130)	(16.824)	(15.086)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(109)	(6)	(33.453)	(47.471)
Comunicação e marketing	(44)	(26)	(10.964)	(13.345)
Seguros / Garantias	(146)	(109)	(264)	(314)
Consumo	(86)	(74)	(15.343)	(14.618)
Transportes	(74)	(62)	(4.530)	(4.809)
Indenizações a terceiros	-	-	(1.789)	(5.508)
Publicações legais	-	-	(2.000)	(2.151)
Outros	(1.164)	(1.522)	(13.142)	(11.195)
Total	<u>(16.264)</u>	<u>(14.287)</u>	<u>(240.185)</u>	<u>(251.278)</u>

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Custos:		
Custos de serviços da construção	(1.244.156)	(1.703.751)
Com pessoal	(162.071)	(163.121)
Serviços de terceiros	(194.029)	(185.553)
Conservação	(130.296)	(134.839)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(14.268)	(14.549)
Consumo	(33.698)	(31.469)
Transportes	(33.043)	(31.857)
Custos com o poder concedente	(22.039)	(25.129)
Verba de Fiscalização	(50.039)	(48.696)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(4.584)	(4.651)
Seguros / Garantias	(21.951)	(21.564)
Provisão de manutenção em rodovias	(432.660)	(224.654)
Depreciação / Amortização	(961.601)	(738.189)
Amortização / Outorga	(8.608)	(26.166)
Outros	(17.617)	(4.479)
Total	<u>(3.330.660)</u>	<u>(3.358.667)</u>

Notas Explicativas**22. RESULTADO FINANCEIRO**

Está representado por:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Receitas financeiras:				
Juros ativos	122.747	216.201	-	-
Aplicações financeiras	9.418	20.746	50.286	55.432
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	-	-	-	2.706
Ganho em operações de swap	22.383	-	22.383	-
Ganho no ajuste de valor de mercado de derivativos	111	155	111	155
Outras receitas	1.543	1.897	9.985	7.769
Total	<u>156.202</u>	<u>238.999</u>	<u>82.765</u>	<u>66.062</u>
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(200.546)	(216.807)	(471.261)	(349.205)
Atualização montária do ônus da concessão	-	-	(24.485)	(4.979)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	-	-	(31.881)	(32.649)
Perdas em operações de swap	-	(11.501)	-	(11.501)
Outras despesas	(13.467)	(25.526)	(41.124)	(50.495)
Total	<u>(214.013)</u>	<u>(253.834)</u>	<u>(568.751)</u>	<u>(448.829)</u>
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Variação cambial:				
Variação cambial líquida	(28.476)	(2.526)	(28.467)	(2.527)
Total	<u>(28.476)</u>	<u>(2.526)</u>	<u>(28.467)</u>	<u>(2.527)</u>

23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017
Integralização de capital – reservas de lucro	-	59.653
Integralização de capital em controladas – mútuos	-	864.098
Integralização de capital – Dividendos a pagar	56.379	-
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período	-	(1.083)

Notas Explicativas

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	285.245	592.943
Integralização de capital – reservas de lucro	-	59.653
Juros capitalizados	87.449	173.712
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período	(663.643)	(714.025)

24. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizadas no cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
<u>Básico/Diluído</u>				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(198.471)	237.385	(189.141)	246.946
Número de ações durante o exercício	729.858	627.497	729.858	627.497
Lucro (prejuízo) por ação	(0,2719)	0,3783	(0,2591)	0,3935

Não há diferença entre lucro (prejuízo) básico e lucro (prejuízo) diluído por ação, pois não houve durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

		Controladora			
		31.12.2018		31.12.2017	
		Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	245.227	-	468.880	-
Partes relacionadas	Nível 2	-	1.761.536	-	1.658.625
Outras contas a receber	Nível 2	-	494	-	477
Dividendos a receber	Nível 2	-	7.532	-	-
Derivativo ativo	Nível 2	11.810	-	1.862	-
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	4.720	-	3.290
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	195.653	-	246.708
Debêntures	Nível 2	-	1.637.668	-	1.626.888
Partes relacionadas	Nível 2	-	907.998	-	879.075
Outras contas a pagar	Nível 2	-	4.199	-	5.066
Derivativo passivo	Nível 2	8.237	-	-	-
		<u>248.800</u>	<u>(980.676)</u>	<u>470.742</u>	<u>(1.101.925)</u>

Notas Explicativas

		Consolidado			
		31.12.2018		31.12.2017	
	Nível	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	1.038.259	-	698.941	-
Partes relacionadas	Nível 2	-	818	-	215
Contas a receber clientes	Nível 2	-	140.822	-	156.309
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	118.296	-	103.424	-
Outras contas a receber	Nível 2	-	19.146	-	7.951
Derivativo ativo	Nível 2	11.810	-	1.862	-
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	274.172	-	262.506
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	3.816.322	-	3.199.119
Debêntures	Nível 2	-	3.371.842	-	2.891.755
Credores pela concessão	Nível 2	-	260.363	-	266.282
Taxa de fiscalização	Nível 2	-	4.204	-	4.083
Outras contas a pagar	Nível 2	-	48.758	-	77.244
Derivativo passivo	Nível 2	8.237	-	-	-
		<u>1.160.128</u>	<u>(7.614.875)</u>	<u>804.227</u>	<u>(6.536.514)</u>

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48 e IFRS 9.

O pronunciamento técnico CPC 48 e IFRS 9 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 e IFRS 9 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Estimativa de valor justo

A Sociedade possui os seguintes saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo:

Notas Explicativas

Instrumento	Valor de referência	Valor justo do instrumento - ganho (perda)	Índice do banco		Índice da Sociedade	
			Índice	Taxa de juros	Índice	Taxa de juros
SWAP-Scotia Bank	195.990	3.573	US\$	Variação cambial + 4,31% a.a.	R\$	CDI+1,15% a.a.

Instrumento financeiro derivativo

A Sociedade classifica os instrumentos derivativos em “financeiros”. Os “financeiros” são derivativos do tipo “swap” contratados para proteger o risco cambial dos fluxos de caixa dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o contrato aberto de “swap” possui vencimento em setembro de 2020 e foi celebrado com contraparte representada pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, em 25 de setembro de 2018.

	Controladora / Consolidado			
	31.12.2018		31.12.2017	
	Valor Principal (Notional)	Valor justo	Valor Principal (Notional)	Valor justo
Ponta Ativa:				
Posição Comprada Dólar	195.990	198.258	167.282	167.319
Total	195.990	198.258	167.282	167.319
Ponta Passiva:				
Taxa CDI pós-fixada	191.087	194.685	163.979	165.457
Total	191.087	194.685	163.979	165.457
Instrumento financeiro derivativo líquido	4.903	3.573	3.303	1.862

A operação de “swap” financeiro consiste na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI pós-fixado.

Para o instrumento financeiro derivativo mantido pela Sociedade em 31 de dezembro de 2018, devido ao fato de os contratos serem efetuados diretamente com instituições financeiras e não por meio da BM&FBOVESPA, não há margens depositadas como garantia das referidas operações.

26. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado**a) Exposição a riscos cambiais**

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

Notas Explicativas

A característica deste instrumento e os riscos aos quais estão atrelados estão descritos a seguir:

A Sociedade está exposta ao risco de câmbio resultante de instrumentos financeiros em moedas diferentes de suas moedas funcionais. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Sociedade está exposta basicamente ao risco de flutuação do dólar norte-americano. Para proteger a exposição cambial, a Sociedade contratou operação com instrumento financeiro derivativo do tipo "swap". O derivativo contratado pela Sociedade deverá limitar a perda referente à desvalorização cambial em relação ao lucro líquido projetado para o período em curso.

Em 31 de dezembro de 2018, o balanço patrimonial da Controladora e Consolidado inclui contas denominadas em moeda estrangeira que representam um passivo de R\$195.653 (R\$166.999 em 31 de dezembro de 2017). Essas contas são protegidas com o derivativo tipo "swap".

Análise de sensibilidade

Na análise de sensibilidade relacionada ao risco de exposição cambial a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar além dos ativos e passivos, com exposição à flutuação das taxas de câmbio, registrados no balanço patrimonial, o valor da curva dos instrumentos financeiros contratados pela Sociedade para proteção de determinadas exposições, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Controladora/Consolidado

Empréstimos e financiamentos no Brasil em moeda estrangeira	195.653
Valor da curva do derivativo financeiro	191.087
Exposição cambial líquida	<u>4.566</u>

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa do câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro antes da tributação.

Descrição	Risco da sociedade	Controladora		
		Efeito no lucro antes da tributação		
		Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
Exposição cambial líquida	Alta do dólar	4.566	5.707	6.849

O cenário provável considera as taxas futuras de dólar norte-americano, conforme cotação de câmbio R\$/US\$ obtidas no Banco Central, de 31 de dezembro de 2018, na data prevista do vencimento do instrumento financeiro. Os cenários II e III consideram uma alta do dólar norte-americano de 25% (4,84 R\$/US\$) e de 50% (5,81 R\$/US\$), respectivamente. Os cenários provável, II e III estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08.

A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 -

Notas Explicativas

Instrumentos Financeiros: Divulgações. A Sociedade e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de dezembro de 2018, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis). Com relação ao patrimônio do Grupo, não existe impacto significativo.

Controladora			
Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	7,00%	8,75%	10,50%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(218.360)	(262.969)	(307.557)
Receita de aplicações financeiras	11.167	13.959	16.751
Receita financeira de mútuo (*)	114.437	138.498	162.560
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(92.756)	(110.512)	(128.246)
IPCA	4,10%	5,13%	6,15%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(16.026)	(17.862)	(19.698)
Juros a incorrer líquido	<u>(108.782)</u>	<u>(128.374)</u>	<u>(147.944)</u>

Consolidado			
Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	7,00%	8,75%	10,50%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(226.629)	(273.715)	(320.799)
Receita de aplicações financeiras	71.675	89.596	107.519
Juros a incorrer - Notas Promissórias (*)	(86.986)	(98.227)	(109.468)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(241.940)	(282.346)	(322.748)
TJLP	7,03%	8,79%	10,55%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(300.700)	(354.900)	(409.100)
IPCA	4,10%	5,13%	6,15%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(37.159)	(40.942)	(44.724)
Juros a incorrer - Debêntures	(41.872)	(46.593)	(51.315)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(79.031)	(87.535)	(96.039)
Juros a incorrer líquido	<u>(621.671)</u>	<u>(724.781)</u>	<u>(827.887)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

Notas Explicativas

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2018 as controladas apresentavam valores a receber no valor de R\$125.393 (R\$138.369 em 31 de dezembro de 2017) das empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. ("Sem Parar"), Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registradas na rubrica "Contas a receber".

As controladas possuem cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela Controladora, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais.

A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Notas Explicativas

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Controladora					Total
		2019	2020	2021	2022	2023 em diante	
Debêntures - CDI	8,20%	115.532	115.064	842.176	756.229	-	1.829.001
Debêntures - IPCA	9,61%	8.423	8.180	7.976	314.368	-	338.947
Capital de giro	7,72%	13.975	201.532	-	-	-	215.507
Fornecedores e cauções contratuais	-	4.673	47	-	-	-	4.720
Outras contas a pagar	-	4.199	-	-	-	-	4.199
Partes relacionadas	7,56%	664.886	81.037	81.037	81.037	-	907.998
		<u>811.688</u>	<u>405.860</u>	<u>931.189</u>	<u>1.151.634</u>	<u>-</u>	<u>3.300.372</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Controladora				Total
		01/01 a 31/03/2019	01/04 a 30/06/2019	01/07 a 30/09/2019	01/10 a 31/12/2019	
Debêntures - CDI	8,20%	-	56.831	-	58.701	115.532
Debêntures - IPCA	9,61%	-	-	-	8.423	8.423
Capital de giro	7,72%	6.789	-	7.186	-	13.975
Fornecedores e cauções contratuais	-	4.673	-	-	-	4.673
Outras contas a pagar	-	4.199	-	-	-	4.199
Partes relacionadas	7,56%	166.222	166.222	166.222	166.222	664.886
		<u>181.883</u>	<u>223.053</u>	<u>173.408</u>	<u>233.346</u>	<u>811.688</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Consolidado					Total
		2019	2020	2021	2022	2023 em diante	
Debêntures - CDI	7,95%	602.908	360.761	880.506	886.414	428.931	3.159.520
Debêntures - IPCA	9,51%	347.945	42.155	50.161	387.186	432.426	1.259.873
Finame	6,40%	58.476	58.136	57.873	57.633	155.018	387.136
Credores pela concessão	9,91%	259.835	732	-	-	-	260.567
BNDES Automático	9,58%	545.070	560.153	569.487	567.112	1.663.116	3.904.938
Capital de giro	8,09%	38.538	864.171	-	-	-	902.709
Fornecedores e cauções contratuais	-	273.223	949	-	-	-	274.172
Outras contas a pagar	-	47.585	1.173	-	-	-	48.758
		<u>2.173.580</u>	<u>1.888.230</u>	<u>1.558.027</u>	<u>1.898.345</u>	<u>2.679.491</u>	<u>10.197.673</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Consolidado				Total
		01/01 a 31/03/2019	01/04 a 30/06/2019	01/07 a 30/09/2019	01/10 a 31/12/2019	
Debêntures - CDI	7,95%	62.784	89.461	6.707	443.956	602.908
Debêntures - IPCA	9,51%	1.408	3.743	1.511	341.283	347.945
Finame	6,40%	18.277	13.439	13.379	13.381	58.476
Credores pela concessão	9,91%	252.680	2.385	2.385	2.385	259.835
BNDES Automático	9,58%	135.393	135.393	136.990	137.294	545.070
Capital de giro	8,09%	31.352	-	7.186	-	38.538
Fornecedores e cauções contratuais	-	199.712	34.567	4.720	34.224	273.223
Outras contas a pagar	-	47.526	44	13	2	47.585
		<u>749.132</u>	<u>279.032</u>	<u>172.891</u>	<u>972.525</u>	<u>2.173.580</u>

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Sociedade adotou o CPC 22 e a IFRS 8 - Informações por Segmento a partir de 1º de janeiro de 2009, os quais requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios em construção e concessão de rodovias. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para

Notas Explicativas

divulgação de informações. As principais características estão mencionadas nas notas explicativas nº 2 e nº 4.

a) Demonstração do resultado por segmento

Resultado	31.12.2018				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
Receita líquida do segmento	3.855.913	91.686	3.947.599	(91.686)	3.855.913
Custos	(3.332.148)	(89.326)	(3.421.474)	90.814	(3.330.660)
Lucro bruto	523.765	2.360	526.125	(872)	525.253
Despesas gerais e administrativas	(244.009)	(17.804)	(261.813)	(4.955)	(266.768)
Outras (despesas) receitas operacionais	6.057	2.375	8.432	630	9.062
Receitas financeiras	113.653	170	113.823	(31.058)	82.765
Despesas financeiras	(540.417)	(394)	(540.811)	(27.940)	(568.751)
Variação cambial líquida	9	-	9	(28.476)	(28.467)
Prejuízo operacional antes dos impostos	(140.942)	(13.293)	(154.235)	(92.671)	(246.906)
Imposto de renda e contribuição social:					
Correntes	(108.164)	-	(108.164)	-	(108.164)
Diferidos	167.374	3.361	170.735	(4.806)	165.929
Prejuízo do líquido do período	(81.732)	(9.932)	(91.664)	(97.477)	(189.141)

b) Balanços por segmento

Ativos	31.12.2018				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	789.629	3.403	793.032	245.227	1.038.259
Contas a receber	139.941	881	140.822	-	140.822
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	-	-	-
Contas a receber partes relacionadas	666.671	20.413	687.084	(686.266)	818
Outros circulantes	76.300	21.067	97.367	54.710	152.077
Total circulante	1.672.541	45.764	1.718.305	(386.329)	1.331.976
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras vinculadas	118.296	-	118.296	-	118.296
Contas a receber partes relacionadas	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	515.078	17.613	532.691	(18.617)	514.074
Outros não circulantes	321.240	2.736	323.976	(175.170)	148.806
Imobilizado	28.798	20.017	48.815	5.959	54.774
Intangível	12.957.990	3.455	12.961.445	40.085	13.001.530
Diferido	2.166	-	2.166	(2.166)	-
Total não circulante	13.943.568	43.821	13.987.389	(149.909)	13.837.480
Total dos ativos	15.616.109	89.585	15.705.694	(536.238)	15.169.456

Notas Explicativas

Passivos	31.12.2018				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	357.965	105.380	463.345	(98.119)	365.226
Debêntures	703.724	-	703.724	23.494	727.218
Fornecedores e cauções	263.413	5.861	269.274	4.673	273.947
Obrigações sociais e fiscais	137.066	7.527	144.593	52.100	196.693
Credores pela concessão	259.631	-	259.631	-	259.631
Dividendos Propostos	11.434	-	11.434	(11.434)	-
Sinistros recebidos	-	-	-	-	-
Provisão Manutenção/investimentos	289.162	-	289.162	1.447	290.609
Outros circulantes	1.573.530	(94.994)	1.478.536	(1.426.747)	51.789
Total circulante	3.595.925	23.774	3.619.699	(1.454.586)	2.165.113
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	3.262.704	-	3.262.704	196.629	3.459.333
Debêntures	1.030.450	4.645	1.035.095	1.609.529	2.644.624
Credores pela concessão	732	-	732	-	732
Provisão manutenção/investimentos	222.296	-	222.296	96.271	318.567
Outros não circulantes	462.193	2.009	464.202	(341.196)	123.006
Total não circulante	4.978.375	6.654	4.985.029	1.561.233	6.546.262
Patrimônio líquido	7.041.809	59.157	7.100.966	(642.885)	6.458.081
Total dos passivos	15.616.109	89.585	15.705.694	(536.238)	15.169.456

28. GARANTIAS E SEGUROS

As concessionárias, por força contratual, mantêm regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus das concessões, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram as concessões, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2018, as coberturas de seguros das controladas são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações - Estaduais				
		Autovias	Centrovias	Intervias	Vianorte	ViaPaulista
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000	180.000	180.000	180.000	180.000
	Responsabilidade civil	20.267	28.953	24.610	28.000	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	113.304	113.066	175.579	140.023	713.443
Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações - Federais				
		Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000	180.000	180.000	180.000	180.000
	Responsabilidade civil	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	68.680	92.764	177.750	188.382	136.995

(*) Por sinistro

Notas Explicativas

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade mantém apólice de seguro de responsabilidade civil para os conselheiros, diretores e administradores, com limite de indenização no montante de R\$75.000.

Foram contratadas apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais, para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Em 31 de dezembro de 2018, o valor dessas garantias é de R\$155.574 (R\$101.049 em 31 de dezembro de 2017) provenientes de autos de infração da ANTT, auto de infração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, proveniente de prestação de garantia nos autos de ação de execução fiscal e de auto de infração da ARTESP.

A Vianorte contratou apólice de seguro garantia financeira com cobertura de R\$100.000 referente ao processo de finalização do contrato de concessão e a ação judicial movida pela ARTESP (Processo FIPE), conforme estabelecido no Termo Aditivo Modificativo nº 16/2018.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Autovias

Em 24 de janeiro de 2019 foi assinado o Termo de Retirratificação do Termo Aditivo e Modificativo nº 19/2014, devido à revisão dos cálculos de reequilíbrio econômico-financeiro tratado no TAM nº 19/2014, referente à obra de remodelação do dispositivo do KM 307 da SP 330. A atualização dos dados de fluxo de caixa marginal demonstrou que o prazo anteriormente estabelecido em 3 meses e 19 dias seria insuficiente para o reequilíbrio contratual, concedendo um prazo adicional de 65 dias (sessenta e cinco dias) à contar de 26 de janeiro de 2019. Dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 01 de abril de 2019. A Autovias foi autorizada em 12 de setembro de 2014 pela ARTESP, por meio do ofício 0074/14, a executar uma nova obra de 14 quilômetros de duplicação da SP 318, entre os km 253 e 249, em duas etapas, pelo valor estimado de R\$91.000. A conclusão da primeira etapa da obra foi entregue em janeiro de 2017 e a segunda etapa da obra não será mais executada pela Sociedade. O reequilíbrio do montante de R\$30.992, referente à primeira etapa da obra foi realizado por meio da metodologia de fluxo de caixa marginal, estabelecida na Resolução ARTESP 01/2013, estima-se a prorrogação de prazo de concessão em 2 meses, levando o término da concessão para junho de 2019.

Centrovias

Foi anunciado em 15 de fevereiro de 2019 pelo Governo do Estado de São Paulo, o lançamento de um novo lote de concessões rodoviárias, com 1.201 km de extensão. O pacote envolve investimento privado total de R\$ 9 bilhões nos próximos 30 anos e contempla também trecho da Centrovias, concessão de 218 km que expira esse ano. A consulta pública sobre o tema vai até 15 de março, o edital deve ser publicado em 30 de abril e, em 30 de agosto, está prevista a entrega dos envelopes. A expectativa é de que os contratos sejam assinados em 30 de outubro, com início da operação dos trechos entre 15 de novembro e 15 de dezembro deste ano.

Notas Explicativas

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 16, de 26 de fevereiro de 2019, foi reconhecido o desequilíbrio referente à alteração do índice de reajuste de tarifa de pedágio observados no período de 01 de julho de 2015 a 30 de junho de 2017. O referido termo oficializou a prorrogação de prazo em um total de 48 dias a contar da data de 19 de junho de 2019. Dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 05 de agosto de 2019.

ViaPaulista

Em 23 de janeiro de 2019, a ARTESP autorizou o início de trafegabilidade e operação com cobrança de tarifa de 3 (três) praças de pedágio da Concessionária ViaPaulista S/A, localizadas na SP-255, implantadas no km 177+220 - Boa Esperança do Sul; km 165+600 - Jaú e km 331+500 - Coronel Macedo, com início de operação a partir das 0h:00 do dia 25 de janeiro de 2019.

Litoral Sul

Em 21 de janeiro de 2019, a Sociedade recebeu recurso oriundo da liberação parcial da 6ª emissão de debêntures no montante de R\$2.000, respaldado pela ata constituída em 21 de maio de 2018 referente a emissão de R\$280.000 debêntures.

Aumento de capital

Data	Aprovação	Forma de integralização	Sociedade	Ações emitidas	Valor	Valor integralizado
21.01.2019	AGE	Dinheiro	Planalto Sul	120.754.717	64.000	14.500

Integralização de capital

Data	Aprovação	Sociedade	Valor integralizado
21.01.2019	AGE	Planalto Sul	15.500
20.02.2019	AGE	Planalto Sul	6.500
07.01.2019	AGE	Viapaulista	3.000
09.01.2019	AGE	Viapaulista	6.000
21.01.2019	AGE	Viapaulista	17.000
05.02.2019	AGE	Viapaulista	4.000
20.02.2019	AGE	Viapaulista	17.500
07.01.2019	AGE	Fluminense	9.000
21.01.2019	AGE	Fluminense	15.000
05.02.2019	AGE	Fluminense	500
20.02.2019	AGE	Fluminense	8.000
21.01.2019	AGE	Fernão Dias	18.000
20.02.2019	AGE	Fernão Dias	17.000
21.01.2019	AGE	Litoral Sul	2.000
05.02.2019	AGE	Litoral Sul	6.000
			<u>145.000</u>

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Arteris S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Arteris S.A. (“Sociedade”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Arteris S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Arteris S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Diferença entre práticas contábeis nas demonstrações individuais

Conforme descrito na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais, no caso da Sociedade, diferem das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às demonstrações financeiras individuais, somente no que se refere à opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que é amortizado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Continuidade das operações das controladas Centrovias S.A., Autovias S.A. e Vianorte S.A.

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que as controladas Centrovias S.A. e Autovias S.A. detêm a concessão para exploração de suas atividades por 21 e 20 anos, respectivamente, cujas operações terão continuidade, respectivamente, até 19 de junho de 2019 e 1º de abril de 2019. Essa situação indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade normal das operações das controladas Centrovias S.A. e Autovias S.A. As demonstrações financeiras das controladas Centrovias S.A. e Autovias S.A. foram preparadas com base no pressuposto do encerramento das operações e incluem ajustes necessários decorrentes desse encerramento. As controladas Centrovias S.A. e Autovias S.A. possuem pleitos em discussão com o Poder Concedente que podem alterar a data do encerramento de suas atividades. A controlada Vianorte S.A. teve o encerramento de suas atividades em 17 de maio de 2018. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras

individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo intangível - Avaliação do risco de redução do valor recuperável do ativo intangível – concessionárias federais

O ativo intangível é composto principalmente pelos investimentos e pelas obras realizadas nas rodovias e representa 86% do total do ativo nas demonstrações financeiras consolidadas. A avaliação do valor recuperável do ativo intangível das concessionárias federais da Sociedade, as quais realizam obras de ampliação da capacidade e de melhoramento das rodovias que representam adições expressivas ao ativo intangível, foi significativa para a nossa auditoria, porque o processo de avaliação é complexo, envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado. Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de especialistas para a avaliação da razoabilidade das premissas e das metodologias usadas pela Sociedade, em especial aquelas que se referem ao crescimento previsto da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou pelo crescimento econômico, pelas taxas de inflação esperadas, pela evolução demográfica, pelo volume de tráfego de veículos, entre outras premissas. As divulgações da Sociedade sobre o ativo intangível constam na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que evidencia a natureza de cada concessão, bem como os investimentos em melhorias na infraestrutura previstos para os próximos anos; e na nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que demonstra a movimentação dos saldos de ativo intangível durante o exercício. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos aceitável o valor do ativo intangível relacionado às concessões federais no contexto das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos nos contratos de concessões rodoviárias, que determinam que “a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários”. Anualmente, as tarifas dos pedágios são reajustadas de acordo com os contratos de concessão, o que impacta diretamente a receita de cada concessionária com base no tráfego das rodovias. Os sistemas de arrecadação de pedágio são utilizados para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, por meio das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação (“tag”) fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante e a coerência entre o número de eixos cadastrados no “tag” e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para dar suporte a nossa avaliação e ao nosso entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e para avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio aceitável no contexto das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 27 de fevereiro de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Paulo de Tarso Pereira Jr.

Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Em reunião realizada nesta data, às 11:00 horas, os membros do Conselho Fiscal da ARTERIS S.A. ("Companhia"), atendendo ao disposto no Artigo 163 da Lei nº 6.404/76, após exame dos documentos e propostas da Administração submetidos a sua análise nesta data, e considerando o parecer sem ressalva emitido pelos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, por unanimidade opina favoravelmente à aprovação, em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, e com base no Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia).

Tendo em vista a Companhia ter registrado, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, prejuízo de R\$ 198.471.049,79, conforme consta das Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas, sendo tal valor absorvido na conta de reserva de retenção de lucros, a Companhia não constituirá reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e tampouco foi proposto pela Administração da Companhia a distribuição de dividendos aos seus acionistas.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.

Débora Nogueira Messias de Miranda
Conselheira

Fernando Bernardes Boniolo Ziziotti
Conselheiro

Marcello Del Raso Alvarado Davis
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Arteris S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018

Andre Dorf
Diretor Presidente

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Flavia Lucia Matioli Tâmega
Diretora Jurídica

Sergio Moniz Barreto Garcia
Diretor

Linomar Barros Deroldo
Diretor

Marco Antonio Giusti
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Arteris S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, relativos ao período social em 31 de dezembro de 2018.

Andre Dorf
Diretor Presidente

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Flavia Lucia Matioli Tâmega
Diretora Jurídica

Sergio Moniz Barreto Garcia
Diretor

Linomar Barros Deroldo
Diretor

Marco Antonio Giusti
Diretor